

Lamaison

Brasília deverá ser o polo do Centro-Oeste

“Ser pólo propulsor de desenvolvimento social e econômico entre a vasta região Centro-Oeste brasileira, ainda bastante inexplorada, e os grandes centros urbanos”. Esta é, em síntese, na opinião do governador Aimé Lamaison, a principal função histórica de Brasília no cenário econômico, político, cultural e social do País.

Aqui, em uma ampla entrevista exclusiva ao Jornal de Brasília, o governador Lamaison fala dos primeiros dois anos de seu governo; dos principais problemas da sua administração; das modificações introduzidas nos planos originais de administração da cidade e das perspectivas futuras da sua gestão”.

Pergunta — Com 1,2 milhão de habitantes atualmente e sem uma definição precisa do seu papel no cenário econômico do país, com um grande número de escolas superiores que emitem centenas de profissionais universitários por ano e ainda constituindo-se em irresistível atração de migrantes não-qualificados, para onde vai Brasília? Qual o seu papel no processo brasileiro de desenvolvimento?

Resposta — A filosofia norteadora da criação de Brasília, baseou-se na necessidade de se prolongar o desenvolvimento litorâneo para a vasta área territorial constituída pela região Centro-Oeste-brasileira. Assim, a nova Capital nasceu com o destino de pólo irradiador de desenvolvimento.

Sabe-se, porém, que o progresso econômico não aparece em toda parte ao mesmo tempo e, uma vez desencadeado, ele é inicialmente concentrador e multiplicador de forças que tendem a expandir seu raio de ação, formando novos núcleos desenvolvimentistas.

Ser o pólo propulsor destas forças que atuarão, decisivamente no desenvolvimento dos espaços, de grande potencialidade econômica ainda inexplorada, situados entre a Capital Federal e os grandes centros urbanos, é a função destinada a Brasília no cenário econômico, cultural e social do país.

P — Qual a sua opinião a respeito da tese de industrialização do Distrito Federal? Que outros caminhos poderiam surgir?

R — A estrutura econômica de Brasília foi criada para preservar as características peculiares à capital do país, propiciando o apoio necessário ao funcionamento dos poderes da República em seu território. A exemplo de países mais desenvolvidos, a capital deve ser preservada da expansão de setores mais dinâmicos da economia, em benefício de suas características administrativas.

Agora, sem prejuízo de tal filosofia, esforços são envidados para que na área do Distrito Federal sejam implantadas

“O GDF tem ido ao encontro dos problemas da região geoeconômica de Brasília e diversas cidades já foram beneficiadas com redes elétricas e telefônicas, água e esgotos”.

médias e pequenas indústrias não poluentes que, voltadas sobretudo para a produção de bens de consumo, além de gerar empregos, reforcem a economia local e regional.

E certo que o governo do DF prestará seu apoio à criação e desenvolvimento de pólos agrícolas e industriais na região de influência do Distrito Federal, propiciando o fortalecimento da economia da área e buscando, acima de tudo, auto-suficiência em produtos primários. Desta forma, a produção agrícola regional, estando próxima do mercado consumidor, influenciará positivamente o sistema de preços.

P — A estrutura da receita do DF é compatível com a estrutura da demanda de investimentos?

R — Primeiro, procurarei explicar a estrutura da receita do Distrito Federal, que na sua forma mais sintética pode ser representada pelas Receitas Próprias e de Transferências. A Receita Própria é composta pela tributária, patrimonial, industrial, diversas e as decorrentes de alienação de bens móveis e imóveis. As receitas provenientes de transferência da União são divididas em: corrente, capital e participação em tributos federais.

Na composição receita do Distrito Federal, as transferências da União vêm desempenhando papel decisivo na consolidação da Capital Federal, pela necessidade de fornecimento de bens e serviços básicos à população. No entanto, são necessários reforços financeiros, em especial para permitir a realização de investimentos nos setores de educação, saúde, saneamento, urbanismo, agricultura, habitação, transportes etc., já que a sua capacidade de gerar recursos é reduzida, em face da pouca expansão dos setores produtivos.

Independente dos esforços do governo local, as transferências da União vêm, senão aumentando, pelo menos mantendo o ritmo de participação na receita global. A União, porém, precisa distribuir seus recursos de modo parcimonioso entre as unidades que a compõem. Não seria lícito, nem honesto, com o povo brasileiro que um Estado, um Território ou o Distrito

Federal viesse a exigir ou pleitear algo além das possibilidades federais, pois isto estaria apenas aumentando as desigualdades entre as regiões e não resolveria o crônico problema das transferências de rendas entre o que produz e aquele que não tem capacidade para isto.

Estamos conscientes que o não atendimento da demanda de investimentos é uma situação nacional e que haverá equilíbrio entre a demanda e a oferta na medida em que cessarem ou diminuirmos desigualdades pessoais.

P — V. Exa. recomendaria alguma alteração de política tributária visando dar auto-gestão orçamentária ao GDF?

R — O governo do Distrito Federal, considerando inclusive as condições peculiares locais, não pretende liderar postulações de uma reforma tributária nacional.

Somos, no entanto, dos que perfilam a idéia de que o atual Sistema Tributário Nacional ainda não está obsoleto. Falta, sim, ser ele inteiramente aplicado. Aplicado com as qualidades e isenções técnicas em que foi estruturado, não se sujeitando os impostos a qualquer injunção de ordem política.

O ICM, como se apresenta no Sistema, é um imposto de natureza econômica, neutro, devendo ser regulado e praticado na sua forma técnica e financeira sem desvios de natureza política.

Logo na sua implantação, algumas regiões, começaram por atrair indústrias e outros segmentos produtivos, e a oferecer vantagens isoladas como isenção, redução, prêmios restituições para reinvestimentos, etc.

Num segundo momento, como o advento da Lei Complementar nº 24 75, isto foi alterado e não houve possibilidade de se romper com os inúmeros benefícios regionais e locais àquela altura consolidados e incorporados ao patrimônio jurídico do contribuinte. Prova isto os termos do Convênio ICM 4 75 que “convalidou os favores fiscais constantes das legislações tributárias dos Estados Mem-bros”.

Ainda impreciso e meio difuso vemos surgir um terceiro momento quando se pretende gradualmente a supressão dos incentivos fiscais como muito bem exemplifica a recente tributação da carne, das joias e pedras preciosas.

Assim, entendemos necessário adequações na Legislação Tributária, objetivando corrigir distorções, de maneira a adaptá-la às necessidades atuais e procurando minimizar ou mesmo suprimir as disparidades existentes entre as diversas Unidades da Federação, de modo a permitir um equilíbrio entre as regiões produtoras e consumidoras.

Quais os esforços que estão sendo feitos para que sejam implantadas médias e pequenas indústrias, não-poluentes nas regiões de influência do Distrito Federal?

R — Convênio, no valor de Cr\$ 40 milhões, destinado ao apoio e incentivo a microempresas, foi assinado recentemente entre o Banco Regional de Brasília e o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresas. Este montante será repassado pelo BRB às microempresas a juros especiais de 25% ao ano, sem correção monetária ou exigências burocráticas. Os recursos são oriundos do Programa Seplan-Cebrae, cuja prioridade foi garantida pelo ministro Delfim Netto. Poderão participar do Programa os microempreendedores, pessoas físicas ou jurídicas, individuais ou coletivas, que no Distrito Federal se dediquem à exploração econômica de atividades industriais, comerciais ou prestação de serviços. Conforme orientação do GDF, o programa tem como objetivo fundamental fortalecer as microempresas não-poluentes, garantindo-lhes empréstimos empresariais a custos bastante reduzidos, já que serão concedidos com apenas 25% de juros ao ano. O prazo médio de financiamento é de 24 meses, com 180 dias de carência.

Dois são as características principais deste Programa: a consagração da idéia de crédito orientado, que é substanciação na conjugação da assistência técnico-gerecncial, com apoio creditício; e a oferta de recursos a taxas de juros favorecidas e com o mínimo possível de exigências burocráticas.

P — Qual a orientação do seu governo em relação ao problema habitacional? Por que foi paralisado o programa de construção de habitações populares?

R — Reconheço a importância social e econômica dos programas de habitação popular a este conceito continua assimilado pelo meu governo. Entretanto, cir-



cunstâncias peculiares determinaram a inadiável necessidade de uma “parada técnica”.

O vertiginoso crescimento da oferta de casas populares em Brasília fez com que este tipo de programa assumisse tal proporção que, ao invés de representar uma solução para o problema habitacional, acabou sendo um dos fatores de exacerbção deste mesmo problema, justamente por constituir-se em atração de migrantes.

O sistema de inscrição permanente da SHIS, a cada programa, mais crescia, ao invés de diminuir. Era como se a retirada de uma garrafa de vidro de uma pilha delas, fizesse aumentar a pilha... Quando havia 50.000 inscritos, foi desenvolvido um programa de 3.000 unidades e as inscrições aumentaram para 70.000. Foi desenvolvido então um programa de 65.000 unidades e as inscrições subiram para mais de 80.000. Finalmente, foram construídas 15.400 unidades e, ao invés de as inscrições baixarem para 74.000, elevaram-se a 130.000.

Mesmo considerando que a proporção de migrantes recentes constantes de tal número de inscrições não esteja próximo da totalidade, seguramente estava a ocorrer um verdadeiro fenômeno “boomerang”, como se, a cada casa ofertada, correspondesse a chegada de um número plural de famílias para gozar da mesma oportunidade e acabando por favelar-se ou por agregar-se em sub-locações desconfortáveis.

“Esforços estão sendo feitos para que sejam implantadas médias e pequenas indústrias não poluentes nas regiões de influências do Distrito Federal”.

P — Houve, no seu governo, uma mudança de orientação da política da saúde em relação ao plano original da cidade. Que conceitos orientaram essa mudança?

R — O plano médico-hospitalar de Henrique Bandeira de Melo, elaborado para o início de Brasília pretendia corrigir as deficiências dos sistemas tradicionais, em que havia uma grande multiplicidade e dispersão da assistência médica curativa e preventiva. Tinha como base a criação de uma entidade que congregasse todas as atividades de Saúde no Distrito Federal, além do sistema composto de 1 hospital de Base, 11 Hospitais Distritais e 6 hospitais Rurais rodeados de unidades satélites, de acordo com as necessidades populacionais.

Uma rede de hospitais especiais e entidades de apoio completariam o Sistema, constituída de Hospital para Crônicos e Convalescentes; Hospital de Tuberculose; Doenças Mentais e Psiquiátrico; Centro de Reabilitação e Medicina Física; Laboratório Industrial e Farmacêutico; Escola e Residência de Enfermagem; e Laboratório Central. Esse conjunto proporcionaria um atendimento de bom padrão a uma população de 500 mil habitantes.

Essa qualidade de vida, no entanto, é obtida à custa de grandes investimentos em infra-estrutura urbana, principalmente se considerarmos o custo per-capita. Um outro aspecto a considerar, contrariamente às demais cidades brasileiras, é que aqui o Governo arca com todo custo desta infra-estrutura, não repassando-o aos seus moradores. Deve-se destacar ainda, que devido à implantação relativamente recente da Capital, e ao crescimento da população, a taxas muito elevadas nestes primeiros vinte anos, são de grande monta as deficiências notadas nestes campos.

Visando eliminar a defasagem entre a oferta e a demanda por infra-estrutura urbana, estou dando curso a um grande programa neste campo. Posso citar como exemplo, as obras do Lago Norte onde em apenas um ano dupliquei a área asfaltada, a qual de 115 mil m² em final de 1979 passou para 225 mil m² ao final de 1980. Com relação às cidades-satélites, o maior volume de recursos foi destinado às etapas I e II da Ceilândia, onde apliquei mais de 500 milhões de cruzeiros nestes dois anos.

P — Qual o papel do Distrito Federal no desenvolvimento agrícola do país? o que está sendo feito e/ou será feito nesse setor por seu governo?

R — A transferência da Capital do país para o Planalto Central teve, dentre outros objetivos, o de interiorizar o processo de desenvolvimento brasileiro. Nesse contexto acreditamos que também no desenvolvimento agrícola, na incorporação ao processo produtivo desta vasta região dos cerrados brasileiros, está reservado um importante papel para o DF. Em boa medida acreditamos que já estamos oferecendo uma contribuição bastante positiva, senão vejamos:

O DF é hoje sede de um sem número de instituições especializadas no desenvolvimento agrícola desde o campo de geração de tecnologia até o exercício de modelos de organização do espaço rural da produção, da comercialização e do abastecimento.

Brasília, que provocou no passado recente a marcha para o oeste busca hoje consolidar a conquista econômica de toda a região dos cerrados do país podendo se constituir, em termos agrícolas, na Capital dos Cerrados Brasileiros.

A estrutura fundiária do DF pode se constituir um exemplo de uso racional do solo, pois o sistema de arrendamento das

“Os serviços de saúde estão sendo modificados visando um atendimento quantitativo às áreas periféricas do DF, descongestionando os grandes hospitais”.

terras rurais, peculiar ao DF, premia os arrendatários produtivos e abate os ociosos, permitindo através de programas desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura e Produção — como o PDRI — Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, ter-se desde a fixação do homem no campo, a absorção da tecnologia agrícola, até a execução de um programa integrado de produção e abastecimento.

A organização do espaço rural em Núcleos Rurais constitui-se em aspecto importante na organização da produção e facilitam a prestação de serviços administrados pelo Governo como a assistência técnica, a mecanização, a difusão e distribuição de insumos modernos, possibilitando atender, a tempo e a hora a todos os que estão engajados no processo produtivo. Desta forma os Núcleos Rurais do Distrito Federal constituem-se em verdadeiros embriões de “Kibutz” agrícolas capitalistas, nos quais convivem desde o extensionista até os equipamentos de revenda de insumos e os agentes de compra dos produtos o que viabiliza programas como o Prohort, o de compras antecipadas e o de estoques estratégicos.

Em síntese todas estas características, que acreditamos peculiares ao DF, indicam ao Governo do DF uma diretriz ineludível: a de que o DF pode se constituir em um grande laboratório e campo de demonstração de novas formas de organização da produção, de geração de tecnologia e de abastecimento para o país.

P — Sendo Brasília o centro do poder decisório, onde estão concentradas as maiores autoridades do país, com diversas missões diplomáticas e, contando, ainda, com uma população de aproximadamente 1,2 milhão de habitantes, o que está sendo feito no campo da Segurança Pública?

No mundo conturbado em que vivemos, a segurança pública, em suas várias matizes — individual, comunitária, contra incêndios e segurança de tráfego — tem se constituído em um dos pontos mercedores das maiores e melhores atenções do Governo, que tem o propósito de cada vez mais aparelhar estes serviços para o bom desempenho do relevante papel de resguardo dos direitos e garantias individuais.

Desenvolvendo ações preventivas, esses serviços nos propiciam o registro de baixos índices de criminalidade, comparados com a média nacional e desestimulam a prática de delitos contra o cidadão, contra o patrimônio e contra a comunidade e, por via de consequência, diminuindo a necessidade de ações coercitivas.

Em busca de auto-suficiência na agricultura
(Página 8)

Habitação dá lugar às obras de infra-estrutura
(Página 7)

Na educação, a prioridade são as crianças
(Página 7)

Plano de Saúde sofreu grandes modificações
(Página 3)

Todo apoio à região geoeconômica
(Página 2)



GEOECONOMICA

Em busca da integração a prioridade máxima

"A concepção urbanística de Brasília não foi decorrente do planejamento regional, mas deveria ser a causa desse planejamento" — registrou Lúcio Costa na carta-relatório do projeto vencedor do Plano Piloto de Brasília. Segundo ele, não se podia conceber que um moderno centro urbano viesse a se consolidar, no sentido mais amplo, sem uma dinâmica interação com a periferia que lhe deveria servir de suporte sócio-econômico.

— Uma grande "CIVITA" — dizia Lúcio Costa — implantada num espaço econômico e demográfico quase vazio, teria inevitavelmente que desencadear um processo de profundas transformações em sua região de influência.

O urbanista defendia que ao se pretender preservar Brasília para o exercício pleno de sua função básica de capital político-administrativa e cultural, os governantes da cidade teriam, naturalmente, que se preocupar com o desenvolvimento integrado da periferia do Distrito Federal.

Técnicos da Secretaria do Governo do Distrito Federal, contudo, lembram hoje que foi inevitável, mesmo com uma ação sistemática do Poder Público, que o processo de regionalização deflagrado por Brasília seguisse o modelo centro-periferia, num primeiro momento, desarticulando "a frágil malha urbana pré-existente", atraindo e centralizando, simultaneamente, recursos humanos e materiais da própria região e os que para ela poderiam convergir.

Situação

Com isso, tiveram início tentativas de reversão da tendência concentradora de Brasília, mas assessores do GDF frisam que embora se pretendesse transformar a capital em centro difusor e indutor do desenvolvimento, "pouco mais se fez do que formulações teóricas".

Entretanto, Brasília continua exercendo um poder de atração extremamente forte. Para os técnicos, este fato fundamenta a convicção de não ser possível, "sem um formidável empenho intergovernamental", alterar o quadro regional em que se insere a capital.

Conforme pesquisa procedida pela Universidade de Brasília, a população dos municípios integrantes da rede urbana da região geoeconômica de Brasília, em 1960, era de 1.612.594 habitantes, quando em 1980 esses municípios contam com 4.244.872 habitantes, o que significa que a população da área quase que triplicou em apenas 20 anos, evidenciando o poder de atração migratória de Brasília.

Por outro lado, dados da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), indicam que a população do Distrito Federal que em 1960 era de 141.742 habitantes, está em 1980 em torno de 1.198.992 habitantes, quase um mil por cento de aumento em 20 anos, ritmo que coloca o DF, juntamente com São Paulo, como os maiores focos de atração migratória do País.

Problemas

A composição da estrutura da população do Distrito Federal, para os técnicos do GDF, é um dos aspectos mais importantes no estudo das características demográficas que provocam — e tende a ser mais forte no futuro — maiores pressões na demanda de empregos, privilegiando as faixas etárias mais jovens.

Estimativas feitas pela Codeplan para 1973, assinalam que 63,38 por cento da população do DF tinham menos de 25 anos e que 90 por cento situavam-se aquém dos 45 anos. As mesmas fontes revelam que os percentuais dos grupos etários entre 15 a 54 anos são de 54,41%, situação que agrava o quadro econômico, "já que em virtude do modelo econômico adotado para a capital, não há possibilidade de serem gerados empregos suficientes ao atendimento da demanda", como assinalam assessores da Secretaria de Governo.

Previsões, mesmo as mais pessimistas, estimam que a população do Distrito Federal continuará a crescer a taxas superiores ao incremento vegetativo. É provável, reconhecem os demógrafos, que essa expansão se processe — ainda que não ocorram fenômenos aleatórios no movimento de imigrantes e se tomem medidas mais restritivas quanto ao assentamento humano — em níveis que ultrapassem, nos próximos dez anos, às possibilidades reais de assentamento e às necessidades objetivas do Distrito Federal.

Fatos

Para a secretaria do Governo do Distrito Federal, seguindo-se os padrões atuais de aumento populacional e, conseqüentemente, de investimentos, "o Distrito Federal deixa de cumprir uma das finalidades da mudança da Capital, atenuando os desequilíbrios intra e interregionais, concorrendo até para exacerbá-los". Desta forma, a própria funcionalidade da Capital será posta em risco, se ações energéticas não agilizarem a implementação da estratégia político-administrativa adotada atualmente.

— É necessário um compromisso



so fortemente responsável com o futuro desta Capital e de sua grande periferia, pois se Brasília tende a ser o espelho do país, o Brasil não escapará também de ser, no âmbito sócio-político, o reflexo de sua Capital.

Até os dias atuais o crescimento demográfico do DF foi superior ao crescimento econômico, pelo menos, "desde quando teve início o processo de desaceleração da construção civil". A natural consequência de tal descompasso foi o aparecimento do desemprego aberto, nos núcleos periféricos, e do desemprego disfarçados, no Plano Piloto.

Nos próximos anos confirmadas as previsões demográficas e mantidas sem alteração considerável a estrutura do seu sistema produtivo, o Distrito Federal terá pela frente um desafio espetacular: gerar empregos a uma taxa superior ou igual à do crescimento demográfico, tendo que expandir excepcionalmente o setor terciário, o que seria impraticável por falta de demanda, e manter um equilíbrio social indispensável ao exercício normal dos Três Poderes da República.

Para o secretário do Governo do Distrito Federal, só existe uma saída que possibilitaria a alteração desse quadro: o desenvolvimento integrado da região geoeconômica do Distrito Federal, composta de mais de 100 municípios, com a implantação de algumas medidas e programas que compõem o esquema político do Governo Aimé Lamaison, atinente a essa problemática.

— Sem essas mudanças fundamentais na ação governamental — diz ele — os problemas de desemprego e a demanda excessiva pelos equipamentos comunitários do Distrito Federal tenderão a um agravamento, aproximando-se do catastrófico.

Prioridade

O secretário do Governo do Distrito Federal, disse estar convicto de que a política de desenvolvimento regional da área influenciada por Brasília — "de interesse imediato dos Governos da União, do DF e dos Estados de Goiás e Minas Gerais" — impõe-se como prioritária.

Sendo assim, ele salientou que o fortalecimento dos municípios da Região Geoeconômica do Distrito Federal tornou-se um imperativo, "na medida que o aumento do fluxo migratório, resultado da atração exercida por Brasília, vem criando verdadeiro impasse no processo de absorção de mão-de-obra e impondo pesado ônus social ao Distrito Federal".

E na tentativa de minorar os problemas que enfrenta o Distrito Federal no setor de habitação, saúde, educação, transportes urbanos dentre outros, o Governo do Distrito Federal acaba de executar um projeto que se propôs a levantar o potencial existente em diversas localidades que compõem a Região Geoeconômica de Brasília, objetivando melhor articular as ações do setor público.

Estudo

O levantamento das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília, elaborado pela Coordenação de Setores Sociais da Diretoria de Planejamento da Codeplan, foi realizado, nessa primeira fase, em 11 municípios da periferia do Distrito Federal: Cristalina, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Abadiânia, Alexânia, Pirenópolis,

Corumbá de Goiás, Cabeceiras, São João d'Aliança (todos em Goiás) e Unai (MG).

Esse estudo, concluído ano passado, detectou as potencialidades de cada um desses municípios, considerando suas peculiaridades e vocação para o Desenvolvimento Regional. Com o fortalecimento desses municípios, através de investimentos prioritários, espera-se maior apoio ao Distrito Federal, em relação ao seu abastecimento, com menor dependência de seu equipamento urbano, ora superutilizado, em virtude da ausência de serviço social básico nessas localidades.

O diagnóstico apresentado pela Codeplan no tocante à infraestrutura urbana e social dessas localidades assim como o seu potencial sócio-econômico, custou à Secretaria de Governo do DF cerca de 12 milhões de cruzeiros e a elaboração desse projeto ficou a cargo de uma equipe técnica constituída de economistas, engenheiros, sociólogos, arquitetos, geógrafos, assistentes sociais e acadêmicos.

O trabalho

O trabalho elaborado por essa equipe consistiu na realização de pesquisas e sistematização de dados abrangendo a situação geral desses municípios. Foi realizado em três grandes etapas: a primeira, "coleta de informações", com a análise de todo o material disponível sobre a cidade e a região, baseada em coleta de dados secundários nos órgãos públicos, agências de informação, instituições particulares detentoras de dados; pesquisa primária junto aos estabelecimentos comerciais, industriais e bancários; entrevistas com líderes e membros destacados da comunidade.

Posteriormente, houve a análise dos dados existentes, compreendendo o confronto entre as diversas fontes, crítica, sistematização e organização do material conseguido.

A terceira etapa compreendeu na produção de um relatório intermediário, discussão da análise parcial de cada setor e redação do Relatório Preliminar — submetido à apreciação dos consultores e da Secretaria do Governo.

Com base nas modificações e sugestões no Relatório Preliminar e nas tentativas qualificadas com membros da comunidade, foi elaborado um diagnóstico global da realidade do município, onde são abordados os principais problemas e entraves ao desenvolvimento local e regional. Em cima desse diagnóstico, são apontados um conjunto de potencialidades, em ordem decrescente de prioridades que poderão ser desenvolvidas a curto, médio e longo prazos, assim como a possibilidade de se criar uma "malha" ao fluxo migratório com destino ao Distrito Federal.

Metodologia

O trabalho elaborado pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) é um diagnóstico vertical desses 11 municípios, abrangendo todos os seus problemas na área econômica e social, inclusive com estudos das suas infra-estruturas urbana e rural.

A cada um desses municípios foi destinado um volume, em separado, do trabalho que está sendo publicado por etapa.

O "Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília", título dado a cada um dos volumes do trabalho, é aberto com o item "Características Gerais", onde é feito um breve histórico da origem e formação da cidade objeto de análise, com o destaque das funções que ela exerce em termos microregionais, regional e estadual, além de destaques para a sua localização, relevo, clima, vegetação e hidrografia.

Logo depois, analisa o trabalho

a Demografia e Mão-de-Obra, do município, com a evolução da população, estimativas do crescimento demográfico, pirâmide etária, taxa de natalidade, migração, população em idade economicamente ativa, população economicamente ativa (PEA). Ressalta também os Aspectos Setoriais da Economia de cada localidade nos setores primários, secundário e terciário, além da Infra-Estrutura Urbana e Rural, com destaque para Saneamento, Limpeza Urbana, saúde, educação, transportes, comunicações, energia elétrica, habitação e lazer.

Na parte relativa às Finanças do Município (renda e Despesa Familiar) aborda o estudo a estrutura da receita, a Receita por fontes, Receita Própria e de Transferências, Receita Per Capita, Alguns Aspectos sobre os Impostos e Taxas e ainda a Estrutura das Despesas, Despesas por Categoria Econômica, Despesas Per Capita, com um quadro da Tendência das Finanças Municipais.

Potencial

O ponto alto do "Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília", para os técnicos da Secretaria do Governo do Distrito Federal, é a última parte que trata do potencial sócio-econômico de cada região da periferia do DF. Ai, se encontra uma análise da vocação da economia local, indicando os principais subsectores com capacidade para geração de novos empregos, especialmente aqueles voltados para a absorção de mão-de-obra menos qualificada. É indicado também, dentro de cada subsector, os projetos que deverão ser objetos de estímulo e incentivo, com a mostra dos principais pontos de estrangulamento a serem superados para que a vocação da economia local possa atingir níveis ótimos.

No que se refere aos setores de atividades primárias, o trabalho detecta as matéria-primas de origem agrícola e mineral que estão sendo exportadas pelo município sem benefício ou sem processamento industrial. Verifica o aproveitamento de outras matéria-primas que apresentam potencialidade no município, procura saber da existência de produtos locais que comportariam sua industrialização no município, se há agroindústrias locais que se abastecem com matéria-prima importada, examinando ainda as diretrizes dos Governos Estadual e Federal para expansão do potencial agrícola e agroindustrial no Município.

Por outro lado, são checados os projetos industriais (de origem local ou externa ao município) que estão sendo apresentados para análise junto a órgãos de financiamento, como também é verificada a capacidade ociosa das indústrias existentes e possibilidades de expansão.

Importância

Embora os técnicos do GDF acusem esse levantamento como algo da maior importância para se ter um perfil exato da periferia do Distrito Federal, esses dados ainda não foram utilizados na elaboração de nenhum projeto para essa região, dado o fato de o trabalho, em sua totalidade, não ter sido concluído.

Todavia, asseguram os responsáveis pela pesquisa que daqui para a frente esse levantamento deverá nortear todos os investimentos na região geoeconômica do

Distrito Federal, estando esse estudo acessível também a outras agências governamentais como a Sudéco, governos estaduais que dele poderão utilizar a qualquer momento.

A estratégia para a solução dos problemas do Distrito Federal, como salientam os coordenadores desse levantamento, condiciona a predominância da função político-administrativa para a Capital. Segundo eles, trata-se de retirar de Brasília o encargo de único pólo urbano da região, atribuindo-se as funções dinamizadoras do desenvolvimento à rede urbana de seu espaço geoeconômico. Assim, a rede urbana regional daria o suporte necessário a ampliação, diversificação ou complementação das funções até então concentradas em Brasília, devido a criação de oportunidades de empregos, melhor distribuição dos serviços e facilidades urbanas, num espaço geoeconômico. A rede urbana assim concebida, para os técnicos da Secretaria de Governo do DF, se constituiria numa alternativa para melhor distribuição e fortalecimento da renda regional.

Homogeneidade

No Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília, pouco se diferem os problemas encontrados em cada um dos 11 municípios atingidos pela pesquisa.

Em termos gerais, são apontados como entraves ao desenvolvimento do município vários problemas cuja solução refletirá, a curto prazo, no quadro sócio-econômico da população local e portanto na elevação do seu nível de renda.

Para o Desenvolvimento Econômico desses municípios, o trabalho aponta a necessidade de alterar o quadro de inadequadas estradas vicinais, recursos financeiros municipais insuficientes e precário sistema de arrecadação de tributos, necessidade de ampliação da rede de eletrificação rural e urbana, insuficiência de recursos materiais e humanos para a implementação dos projetos de desenvolvimento agropecuário, escassez e preços altos dos insumos agrícolas, deficiência no abastecimento de água, dentre outras coisas.

Social

O desenvolvimento social e fixação do homem nesses municípios, para os responsáveis pela pesquisa, são prejudicados pela falta de oportunidade de emprego; oferta insuficiente de educação elementar na zona rural, pela falta de recursos materiais e professores.

Por outro lado, somam-se a esses problemas a falta de escolas coerentes com a realidade local; insuficiência de médicos e pessoal paramédico; insuficiente qualificação do corpo docente nas escolas de 1º grau, dado a incapacidade de atração e retenção pela baixa remuneração e proximidade do DF. Além disso, são quase inexistentes nesses municípios programas de imunização e vigilância epidemiológica, educação a nível de 2º grau e pré-escolar, fora outros problemas que dificultam a permanência do cidadão no seu local de origem.

Entretanto, não pode o Governo do Distrito Federal, por preceito constitucional, intervir nesses municípios para a solução desses problemas, como lembram os seus técnicos. Mas trata-se de uma região e municípios cuja economia se deseja fortalecer, "e uma cidade, Brasília, cujas funções e tamanho se deseja preservar".

Instrumentos do desenvolvimento

Um dos instrumentos mais eficientes e utilizados pela gestão do governador Lamaison para promover a integração, o progresso e o desenvolvimento de Brasília e sua região geoeconômica, tem sido o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundefe).

Para se ter uma idéia, em 1980 o governo do DF repassou ao Banco Regional de Brasília, que é seu agente financeiro, Cr\$447.402 mil para aplicações na região geoeconômica. Isto representa um incremento de 270% em relação a 1979. Deste total, vale frisar, Cr\$101.079 mil foram destinados especificamente ao fomento de atividades rurais com financiamentos a agricultura, agropecuária e atividades afins, através do Polobrasília.

Este Programa foi incrementado, ainda, por recursos provenientes de repasses do Banco Central do Brasil num montante de Cr\$78.093 mil. A posição das Aplicações do Banco Regional de Brasília em 31 de dezembro de 1980, alcançou o nível de Cr\$665.169 mil, referente ao FUNDEF, e as aplicações do Polobrasília atingiram o número significativo de Cr\$920.477 mil.

Do total das aplicações de recursos do FUNDEF, a área rural foi beneficiada com Cr\$365.519 mil, o setor de desenvolvimento industrial com Cr\$182.913 mil e coube ao setor de infra-estrutura urbana Cr\$116.737 mil.

Do mesmo modo, o Governo vem dando ênfase aos programas de compra antecipada da produção agrícola, como estímulo ao produtor e meio de regular os preços nas entressafas, através dos Projetos de Compra Antecipada de Estoque Regulador, desenvolvido com recursos do FUNDEF.

Além dos acima mencionados, recursos próprios e carreados de outras fontes — BNDE, BNH, CEF, etc. — e, ainda, oriundos de Fundos — FAE, FENAME, FNDU, FUNGETUR — ou transferidos pelo BACEN para programas especiais — PGM — Política de Garantia de Preços Mínimos, PROALCOOL — Programa Nacional do Acol, PRONAZEM — Programa Nacional de Armazenagem, PROPEC — Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária, PESAC — Planos Estaduais de Aplicações em Crédito Rural e outros, foram alocados na Região Geoeconômica de

Brasília, através do agente financeiro do Governo. Também, tem-se dado atenção especial ao Programa de Assistência Técnica e Creditícia às Microempresas, células peculiares na atividade econômica do Distrito Federal; em 1980 foram aplicados no Programa Cr\$35.300 mil, financiando 288 estabelecimentos.

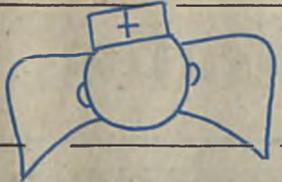
O volume destes investimentos demonstrado pelo saldo das operações da linha de desenvolvimento do BRB, que, em dezembro de 1980, acusou a expressiva cifra de Cr\$13.514.626 mil. Deste montante 23,9% foi aplicado na área de Desenvolvimento Industrial, 61,5% em infra-estrutura e outras obras de interesse coletivo, 14,6% no desenvolvimento rural.

Além dos recursos acima referidos, o Governo do Distrito Federal tem investido recursos próprios, através de Empresas de que é acionista majoritário, visando expandir e aperfeiçoar os serviços oferecidos à comunidade, em a conseqüente melhoria da qualidade de vida, e elevação do índice de emprego, não apenas no Distrito Federal, como nas áreas vizinhas, consoante filosofia da administração Federal de desenvolvimento integrado da região eriférica da Capital do País.

Investimentos

1980

- Total - Cr\$ 447.402 mil
- Area Rural - Cr\$ 365.519 mil
- Infra-estrutura - Cr\$ 116.737 mil
- Aplicações do Polobrasília - Cr\$ 665.169 mil



SAÚDE

Medicina preventiva e saúde para todos

"O governador Aimé Lamaison está absolutamente seguro de que o Plano de Assistência à Saúde no Distrito Federal, elaborado e implantado em sua gestão, ocasionará o bom êxito do atendimento médico-hospitalar em outros governos que o suscederem. Esta é a opinião do secretário de Saúde e presidente da Fundação Hospitalar do DF, Jofran Frejat, a respeito das modificações introduzidas pelo atual governo no setor de Saúde.

Ele lembra que o plano original de saúde do Distrito Federal, sob a responsabilidade do médico Henrique Bandeira de Mello, já não correspondia à realidade e tinha mesmo sido profundamente alterado durante o desenvolvimento da cidade.

"Precisávamos corrigir essas distorções" — explicou — ampliando a oferta de assistência médica próxima ao usuário, naquelas necessidades reais observadas com o crescimento de Brasília e que consistem em prestar assistência permanente a todos os seguimentos populacionais, indistintamente, prevenindo doenças e educando para a saúde".

Segundo o secretário, o novo plano de saúde por ele elaborado proporcionará ao indivíduo receber cuidados antes mesmo de nascer, com assistência assegurada ao longo de toda vida.

Passado

O Plano de Bandeira de Mello teve como base a criação de uma entidade que tratasse de toda e qualquer atividade de saúde, evitando a multiplicidade e dispersão de meios de assistência médica curativa, preventiva e do meio ambiente.

Com esse propósito, foi criada a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, diretamente subordinada à Secretaria de Saúde que seria o órgão central coordenador e integrador de um sistema composto de 1 Hospital de Base, 11 Hospitais Distritais e 6 Hospitais Rurais, em torno dos quais girariam tantas Unidades Satélites quantas necessárias.

Desse complexo, participaria uma Colônia Hospitalar, constituída de Hospital de Crônicos e Convalescentes, Hospital de Tuberculose, Hospital de Doenças Mentais e Psiquiátrico, Centro de Reabilitação e Medicina Física, Laboratório Industrial e Farmacêutico, Escola e Residência de Enfermagem e Laboratório Central.

Alterações

Entretanto, ao invés da distribuição horizontal da assistência primária, verticalizou-se esta oferta, conjugando-a nas mesmas es-

truturas de assistência especializada.

— O resultado — continuou — foi o congestionamento das grandes Unidades Hospitalares que perderam, em grande parte, as funções de assistência qualitativa a que estavam destinadas. Os esforços desenvolvidos, no sentido de ampliar os estabelecimentos hospitalares, aumentando-lhes o número de leitos e sofisticando-lhes a tecnologia, exigiram maior contingente pessoal e altos custos, "que pouco contribuíram em termos de ampliação e facilidade de atendimento".

Com isso, o secretário de Saúde relembra que foram criadas monumentais estruturas hospitalares, "num quadro de medicina dispendiosa, beneficiando a uma minoria, preocupada com enfermidades excepcionais, de diagnóstico complexo, inteiramente desvinculada das necessidades básicas da coletividade".

Situação

As distorções impostas no plano original estimularam a especialização e superespecialização, "como se o país dispusesse de enormes recursos financeiros, afastando-se, cada vez mais da assistência primária e da promoção da saúde comunitária". Esse quadro, frisou, é o retrato do que ocorre na maioria das capitais brasileiras, onde, paradoxalmente, os investimentos em medicina e a evolução dos meios diagnósticos e de tratamento não se tem convertido em benefício à coletividade.

Desse plano o Distrito Federal dispõe de apenas seis Hospitais Regionais, ao invés dos 11 Hospitais Distritais previstos. Das três ou quatro unidades satélites, para cada um dos seis hospitais rurais, conta-se com um total de cinco Postos de Saúde; dos programados 2.300 leitos para 500 mil habitantes, totalizam-se menos de 2.000 para mais de um milhão de pessoas; e da colônia hospitalar dispõe-se, somente, de um Hospital Psiquiátrico.

Contudo, a distorção mais grave foi a ampliação das unidades de saúde existentes, ao invés de multiplicá-las.

"Quem não se lembra da implosão do Hospital de Base, morte de médicos e as filas quilométricas que marcaram o início da nossa administração?", pergunta o secretário de Saúde, argumentando que essas ampliações — que frequentemente tornam-se mais caras que a construção de nova unidade — levam a maior congestionamento desses grandes hos-



pitais e, consequentemente, à queda do padrão de atendimento.

Novo modelo

Face a essa situação, foi elaborado no início do governo Aimé Lamaison, 1979, o Plano de Assistência à Saúde no Distrito Federal, dentro do princípio de extensão da cobertura mediante a estratégia de "atenção primária" e da "regionalização dos serviços".

Nos Centros de Atenção Primária, como explica o secretário de Saúde, já começam a ser desenvolvidos os programas de nutrição, alimentação e puericultura; educação e vigilância sanitária e epidemiológica, através de controle e proteção no campo das doenças imunizáveis e transmissíveis; o atendimento médico e odontológico primário a adultos, jovens, velhos e crianças, além de primeiros socorros.

"Esse trabalho é realizado não apenas nas instalações do Centro como no próprio lar, onde agentes de saúde prestam assistência domiciliar, levantam dados, orientam e iniciam um processo educativo de preservação de saúde.

Interligando-se ao Centro, o Hospital Regional de cada unidade administrativa assiste a esses Centros e exerce o controle regional da medicina preventiva, além de atender os problemas curativos intermediários em clínicas especializadas, cirurgias, maternidade, berçário e pronto-socorro geral.

Complementado o sistema, tão logo toda a rede de Centros de Saúde entre em funcionamento e se termine de dotar os hospitais regionais da infra-estrutura necessária a seu melhor desempenho, o Hospital de Base de Brasília, segundo o titular de Saúde, se dedicará às reais funções para o qual foi instituído: atender os casos médicos de grande especialidade clínica e cirúrgica, parte de ambulatório e pronto-socorro, intensificando as pesquisas que ali já são desenvolvidas e ampliando a capacidade de formação e aperfeiçoamento do pessoal.

Instituto

Para fornecer o suporte necessário a todo o complexo da Saúde, o Governo do Distrito Federal, vem aparelhando o Instituto de Saúde, dotando-o de condições de desenvolver importantes trabalhos como o diagnóstico da meningite, verificação de alimentos contaminados no mercado local, dentre outras coisas.

Cabe também a esse Instituto o controle da raiva canina, trabalhos em bromatologia e zoonoses, além de atividades no campo da hemoterapia. Além disso, realizações de tipagem automatizada, sorologias diversas e pesquisas para manter estocagem adequada de sangue e derivados, melhores meios de se conseguir doadores e exercer melhor controle sobre a qualidade do sangue doado.

Por outro lado, encontra-se em fase final de elaboração o projeto de um hospital para pacientes crônicos e convalescentes, "uma das razões que tem contribuído para aumentar a falta de vagas nos hospitais da Fundação Hospitalar, dado o longo tempo de permanência desses pacientes", ocupando leitos e especialistas", frisou o secretário.

"A maioria desses doentes — prossegue o secretário explicando seu Plano de Assistência à Saúde no DF — necessitam apenas de cuidados primários que poderiam ser prestados fora dos hospitais especializados, sob cuidados de enfermagem, embora sob supervisão médica diária, com maior conforto para o paciente, que é mais importante, liberando leitos hospitalares para cirurgias e internações eletivas, atualmente transferidas indefinidamente por falta de espaço, além de reduzir o custo dessas internações prolongadas".

Hospital

O Hospital para pacientes Crônicos e Convalescentes (HCC) deverá ser construído no Setor de Áreas Isoladas Norte, em local tranquilo e, ao mesmo tempo, próximo aos principais hospitais da Rede, facilitando a locomoção dos pacientes e a necessária cobertura em caso de necessidade, complementando assim o apoio prestado pelo Instituto de Saúde ao sistema.

O HCC será dotado de 100 leitos, dos quais 20 para crianças, e ocupará uma área de 4.043 metros quadrados. O custo da obra será de 121 milhões, 290 mil cruzeiros enquanto os equipamentos exigirão uma verba de 78 milhões 710 mil cruzeiros.

Centros de Saúde

O Plano de Saúde elaborado no governo Aimé Lamaison prevê a construção de 33 Centros de Saúde e já em 1979, tinham início os planejamentos e detalhamentos necessários à implantação dessa rede de Atenção Primária.

Com a obtenção dos recursos necessários, foram realizadas, ano

passado, as obras arquitetônicas de 24 desses Centros e adquiridos os equipamentos para todas as 33 unidades. As obras dos nove restantes, serão concluídas até o final deste mês.

Todavia, lembra o secretário de Saúde que ainda em dezembro último foram inaugurados 10 desses Centros, com o início imediato de suas atividades: sete em Taguatinga — dois em Sobradinho e um no Cruzeiro. No próximo mês, deverão entrar em funcionamento os nove Centros de Saúde da Ceilândia, sendo que em junho estarão funcionando os cinco Centros do Gama e provavelmente em setembro entrarão em atividades os nove Centros de Saúde do Plano Piloto e Penínsulas.

Custos

De acordo com dados da Secretaria de Saúde, o custo de cada Centro atingiu, em média, o montante de sete milhões e quinhentos mil cruzeiros para construção e mais 20 por cento desse total para equipamento, perfazendo o custo global de aproximadamente 11 milhões e 500 mil cruzeiros em cada unidade.

Entretanto, já foram aplicados Cr\$ 316.456.275,00 — trezentos e dezesseis milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil e duzentos e setenta e cinco cruzeiros — dos Cr\$ 349.383.000,00 programados, provenientes de recursos do orçamento do Governo do Distrito Federal, Fundefe, Inamps e doação do Banco do Brasil, empregados em obras e instalações, equipamentos e materiais permanentes.

A manutenção de cada um desses Centros de Saúde custará ao GDF, anualmente, o equivalente a Cr\$ 3.400.000,00 — três milhões e quatrocentos mil cruzeiros — atuais.

Demanda

Os serviços médico-hospitalares do Distrito Federal, têm sofrido grandes pressões por ser Brasília, juntamente com São Paulo, os maiores pólos migratórios do país.

Em 1970, a rede de hospitais e postos da FHDF atendeu 968.537 pacientes, tendo aumentado o atendimento para 2.178.127 em 1980. De 113.429 exames radiológicos realizados em 1970 e 530.111 exames de laboratório, atingiu-se o ano passado as cifras de 289.956 e 1.565.033, respectivamente, além do crescimento de todos os serviços representados por matrículas, internações, cirurgias, partos etc, como consta dos documentos da Fundação.

"Naturalmente que para atender a essa grande demanda, os recursos necessários são também volumosos — observa o secretário. Ele salienta que se deve acrescentar aos custos dos anos anteriores, os recursos necessários às unidades que estão entrando em funcionamento, solicitando recursos materiais e humanos dispendiosos, embora muito mais econômicos, por se tratar de construções simples, sem nenhuma sofisticação e supérfluos.

Sendo assim, o orçamento sintético da Fundação Hospitalar do DF prevê recursos para a manutenção do Hospital Regional de Sobradinho que no ano passado foi reintegrado à rede, recursos para programas de bolsa de estudo a estagiários, manutenção da FHDF e das atividades dos Centros de Saúde perfazendo um total de Cr\$ 13.480.682.033,00 (Treze bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, seiscentos e oitenta e dois mil e trinta e três cruzeiros).

Geoeconômica

Segundo dados do Secretaria de Saúde, cerca de 30 por cento do atendimento médico-hospitalar do DF constitui-se de serviços prestados às áreas circunvizinhas. Em vários casos, esse atendimento extrapola a própria região Geoeconômica, estendendo-se aos Territórios e Estados do Norte e Nordeste.

Estudos realizados pelas Secretarias de Governo e Saúde levantaram uma série de informações referentes a pressão que dez cidades da periferia do Distrito Federal exercem sobre o equipamento hospitalar da capital.

Foi registrado que um grande número de paciente é proveniente de cidades goianas e mineiras próximas. Em Brasília são atendidos os moradores de Padre Bernardo e Niquelândia. Já no Gama as populações de Luziânia, Ceu Azul, Cidade Ocidental e demais núcleos adjacentes.

Para Sobradinho e Planaltina se dirigem os habitantes de Planaltina de Goiás, Formosa, Cabeceiras enquanto se dirigem diretamente para o Hospital de Base os casos médicos enviados de Unaí, João Pinheiro e Cristalina.

No entanto, espera a SES que a retração da demanda pelos serviços médico-hospitalares do Distrito Federal só irá acontecer quando for implantado nos Estados vizinhos à Brasília e talvez em todo o Brasil o Prev-Saúde, programa do Governo Federal que tem em Brasília o seu modelo.

Plano de descentralização

De acordo com orientação do Governo Federal e até mesmo da Campanha da Fraternidade para 1981, que tem como tema "Saúde para Todos", o GDF, na gestão do governador Lamaison, tem como um de seus principais projetos para a área de saúde a realização de uma medicina preventiva e comunitária. Para isto, meta primordial é a ampliação dos Postos de Saúde, que passarão de 5 a 33 centros de atendimento até o final de Governo.

Os Centros de Saúde têm por objetivo realizar o atendimento primário, até então concentrado nos grandes hospitais, com um custo operacional 4 vezes mais elevado. Os novos centros serão instalados em todas as cidades-satélites, com uma previsão de atendimento de 30 a 35 mil habitantes cada.

Além de facilitar o atendimento primário, os Centros de Saúde favorecerão o relacionamento médico-paciente, com a possibilidade de atendimento, na clínica-geral, a toda a família, dentro de uma pequena comunidade. Assim o atendimento médico terá, como ação paralela, uma função comunitária de assistência social. Também a economia em transporte e tempo são vantagens dos postos de saúde, além da possibilidade de uma melhor vigilância sanitária e controle de epidemias.

Para direcionar o acesso às estruturas médicas, a Secretaria Estadual de Saúde está procurando regionalizar a prestação dos serviços médicos. Assim, para um grupo de Centros de Saúde de cada cidade Satélite existirá um hospital regional, aparelhado para atender às necessidades médicas de maior complexidade, triadas pelos que encaminharão os pacientes. O relacionamento direto criado assim entre os Centros e os hospitais regionais resultará em um sistema de muito maior eficiência.

Este novo projeto da Secretaria de Saúde modificou o antigo Plano Bandeira de Mello,

que previa 11 hospitais-regionais para o plano piloto, deixando os núcleos periféricos desprovidos de atendimento médico de maior qualidade. No Plano de Assistência à Saúde do Governo Aimé Lamaison estão previstos apenas mais dois hospitais regionais: o da Asa Norte, cujas obras terão prosseguimento, e o Hospital Regional da Ceilândia, que ainda será construído. A necessidade de criação imediata desses dois novos hospitais está plenamente justificada pela demanda das populações dessas regiões, que já exercem pressão sobre os hospitais regionais da Asa Sul e de Taguatinga.

Paralelo à criação e construção dos novos Centros de Saúde, o Governo do Distrito Federal procura equipar os hospitais regionais existentes. Uma série de medidas está sendo adotada para melhorar o atendimento ao público e criação de unidades especiais. Também está previsto um hospital para doentes crônicos e convalescentes e uma unidade ambulatorial para psiquiatria e doenças mentais.

Na Ceilândia deverão ser inaugurados já em abril 9 Centros de Saúde e a primeira etapa do Hospital Regional e do Laboratório de Análises Clínicas. Este laboratório atuará como órgão de apoio indispensável ao Hospital e aos Centros de Saúde. A próxima unidade a ser inaugurada na Ceilândia será a Maternidade.

Segundo o Governador Aimé Lamaison, o Plano de Assistência à Saúde, que está sendo realizado por seu governo está direcionado, basicamente, para a medicina preventiva e a preservação da saúde da população do Distrito Federal. Para isso tem-se adotado uma política de tornar mais equitativa a distribuição dos recursos médico-assistenciais. Para o Governador, em sua administração "não será possível resolver todos os problemas sanitários do Distrito Federal, mas apenas dar um primeiro passo nessa importante direção".

Resultados imediatos

"Com a entrada em funcionamento dos sete Centros de Saúde de Taguatinga, todo mundo agora nesta cidade quer consultar" — disse o agente de Saúde do Centro nº 2 da Praça do Bicalho, Waldemir Nogueira, como se de repente, frequentar centro médico tivesse virado moda.

Ele é um entre os dez agentes de Saúde lotados na Unidade nº 2 do Centro Médico para estar diariamente em contato com as famílias da periferia do Centro, tomando medidas de proteção e promoção da saúde, verificando o cartão de vacina dos filhos menores da comunidade, marcando consultas, dentre outras coisas.

Entretanto, apesar do grande número de pessoas querendo uma consulta — a área de atuação do Centro nº 2 abrange uma população de quase 50 mil habitantes — o clima entre os pacientes que se dirigem àquela unidade é tranquilo e nenhum deles reclamou do tratamento ali recebido, pelo contrário, só se houve elogios.

— Eu já trouxe aqui todos os meus cinco filhos e o doutor não tem pressa, examina devagarinho, pede os exames necessários e ainda manda a gente voltar para dar notícias das crianças, contou dona Terezinha Mariane Freire, moradora da QND 55 Lote 34 de Taguatinga Norte.

Consultas

Nem todos que se dirigem ao Centro nº 2, contudo, conseguem marcar sua consulta para o mesmo dia, exceto os casos de maior urgência que são encaminhados para o Pronto-Atendimento do Centro.

Todavia, todos têm a sua consulta garantida, no máximo, dois dias depois de ter procurado o posto.

— Poderia ser aumentado o número de atendimento para cada um dos nossos 11 médicos (seis pela manhã e cinco à tarde). Mas estamos de certo que isso prejudicaria o padrão da consulta esperado, inviabilizando todo o trabalho.

A diretora do Centro nº 2 acredita que todos esses problemas estarão sanados, e-

finitivamente, dentro de alguns meses quando a massa da clientela da Unidade estiver sido atendida, já que cada Centro deverá assistir apenas à população das suas imediações, numa média de 35 mil habitantes, prezando pela relação "médico-paciente".

Regional

O funcionamento dos Centros de Saúde nas cidades já beneficiadas com o sistema — Taguatinga, Sobradinho e Cruzeiro — vem apresentando respostas significativas: a redução do atendimento ambulatorial dos hospitais regionais que servem esses núcleos.

Os 10 Centros de Saúde implantados nessas localidades estão atendendo a uma média de sete mil pacientes em cinco dias.

Segundo o diretor do Hospital Regional de Taguatinga, a clientela dessa cidade que fazia fila nos ambulatórios do HRT quase não existe, "e 80 por cento do pessoal que procura os nossos serviços ambulatoriais são hoje provenientes da Ceilândia, já que os Centros de Saúde nessa satelite só começaram a funcionar a partir do próximo mês".

Espera-se que somente com essa regionalização da medicina e a descentralização do atendimento os Hospitais Regionais cumprirão com a sua função de melhor atender a casos especiais ou que exigem o uso de equipamentos sofisticados, encontrados nessas unidades hospitalares.

Maternidade

A expectativa é que funcione a maternidade de Ceilândia ainda esse ano, pois a incidência de trabalho de parto aqui é enorme, fazendo com que de julho a dezembro do ano passado, 80 por cento das quase três mil remoções que tivemos que fazer para outros hospitais tenham sido casos de obstetria, dada a incapacidade de absorção de nossa maternidade. O HRT, segundo o seu diretor, faz uma média de 700 partos por mês, sendo que no último mês de janeiro foram registrados 922 partos.

INVESTIMENTOS DO SETOR

Construção de novas unidades - Cr\$ 316.456.275,00
 custo previsto por unidade - Cr\$ 7.000.000,00 para obras;
 Cr\$ 11.500.000,00 para equipamentos;
 Custo da manutenção - Cr\$ 3.400.000,00

Esforços para dar infra-estrutura a todos

Ao definir as metas prioritárias da sua administração, o governador Aimé Lamaison deixou claro uma marcada mudança de enfoque em relação às administrações anteriores. Afinal, Brasília fará vinte e um anos e tem apresentado, até o momento, taxas extraordinárias de crescimento populacional. Onze por cento, constatou o censo do ano passado.

Desta maneira, uma das prioridades da administração Lamaison passou a ser a adoção de infra-estrutura básica nas áreas precariamente atendidas. Invés de construção de novos conjuntos habitacionais, construção de infra-estrutura urbana nos já existentes e em áreas adjacentes além da elaboração de uma política rodoviária voltada para o meio rural procurando atingir dois outros principais objetivos de seu governo: incentivo à produção agrícola e criação de condições para o desenvolvimento da região geoeconômica.

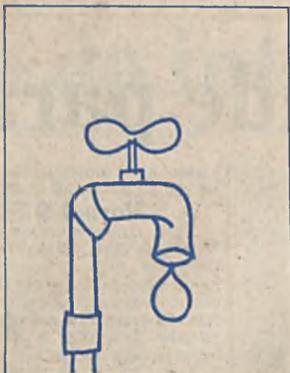
Nos dois primeiros anos, com relação ao Plano Piloto, por exemplo, as atenções foram voltadas para o Lago Norte, onde aplicou-se mais de cem milhões de cruzeiros. A medida possibilitou, por exemplo, duplicar a rede viária pavimentada na aquela área. Em um ano, de 115 mil metros quadrados passou para 225 mil metros quadrados.

Este surpreendente desenvolvimento do Distrito Federal nos últimos anos, alterou também todas as previsões iniciais na área de saneamento básico, notadamente no que se refere ao abastecimento de água e preservação do meio ambiente. Não querendo distanciar-se desta realidade, o GDF concentra seus esforços na realização de empreendimentos capazes de satisfazer a crescente demanda de água potável.

Durante os últimos dois anos, o governo desenvolveu vários projetos integrados de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários em Brasília e áreas adjacentes, buscando, desta forma, alcançar a velocidade necessária ao desenvolvimento harmônico como um todo.

Como acontece com as grandes cidades brasileiras, também a capital da República há muito passou a sofrer pressões de toda a ordem, em decorrência do desordenado crescimento demográfico. No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a existência vegetativa de grande parcela da população, principalmente a menos favorecida, está naturalmente a exigir providências cada vez mais complexas para impedir a degradação do meio ambiente.

Aqui, procuraremos mostrar através de entrevistas, dados e gráficos, o grande esforço do GDF em diversos segmentos de infra-estrutura básica a população do DF.



ÁGUA

Depois do Plano, água para os lagos e cidades-satélites

Após suprir integralmente o abastecimento de água no Plano Piloto, o superintendente da Caesb, Arnaldo Correia Rabelo, procura dedicar especial atenção à Península Sul, que segundo ele, contava com um sistema de água insuficiente para atender à demanda atual, em decorrência da ocupação de novas áreas.

Ele explicou que "como o abastecimento era processado apenas com o aproveitamento do córrego Cabeça de Veado e em razão de não existir outra manancial nas proximidades, o fornecimento de água à Península Sul foi inicialmente reforçado com a interligação do Sistema Santa Maria/Torto, por intermédio de uma linha adutora de 300 milímetros de diâmetro".

"Entretanto, mesmo com essa providência, a água continuava aquém das necessidades", disse Rabelo. O inesperado aumento populacional nesta área, exigiu novas iniciativas e, sendo assim a Caesb se empenhou em buscar a identificação de medidas para assegurar o atendimento de forma completa e em caráter permanente. Desta forma a ampliação do Sistema Produtor Cabeça de Veado surgiu como opção altamente vantajosa e com a abrangência que se fazia necessária.

A Caesb inaugurou o Sistema há poucos dias, possibilitando o abastecimento de todo o SHI/Sul, inclusive do Setor de Mansões Urbanas Dom Bosco, além dos novos loteamentos ocupados recentemente por cooperativas habitacionais.

Na execução desse projeto foram gastos recursos da ordem de Cr\$ 120 milhões, compreendendo as seguintes obras: barragem de concreto, estação elevatória de água bruta, estação de tratamento de água com capacidade de 240 litros por segundo, estação elevatória de água tratada e reservatório com capacidade para 4 milhões de litros.

Paralelamente às atividades que beneficiam as áreas adjacentes ao Plano Piloto, a Caesb, segundo o superintendente, vem realizando um empreendimento dos mais expressivos na área de abastecimento de água: a construção da subadutora "Booster" Gama, que permitirá o atendimento integral da população da cidade-satélite do Gama através do sistema Rio Descoberto.

Está previsto que, com essa adutora que se estende por um total de 20 mil metros em tubos de aço e ferro fundido envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 72 milhões, não apenas será plenamente atendida a cidade do Gama, mas também os núcleos previstos no Plano Estrutural de Urbanização Territorial - PEOT, Mansões Suburbanas "Parque Way", inclusive Aeroporto e Base Aérea de Brasília.

Lembrou ainda o superintendente que para receber as águas do Sistema Rio Descoberto, a Caesb já construiu no Gama um reservatório com capacidade para armazenar 10 milhões de litros, que permitirá atender, com folga, a evolução da demanda por longo tempo.

Na parte relativa à distribuição de água, acrescentou Rabelo, as redes executadas apenas no decorrer de 1980 indicam um substancial crescimento, assim expresso em metros de tubulação assentada: Brasília e áreas adjacentes - 44.149 metros; cidades-satélites - 34.430 metros. Neste mesmo exercício foram realizados 30.984 serviços nos sistemas de distribuição de água, com a utilização de 3.020 metros de tubo de ferro fundido e 1.355 metros de tubos de fibrocimento.

Um programa de interligação dos diversos sistemas de abastecimento foi realizado, a fim de permitir maior confiabilidade e fornecimento ininterrupto de água a todas as áreas desta Capital. Indo além, Arnaldo Rabelo disse objetivar o adequado aproveitamento da água distribuída, promovendo a substituição de 17.077 hidrômetros e instalando mais 890 novos aparelhos. Para dinamizar o programa de controle de esgotos sanitários, ele revela que foi elaborado um plano de micromedição que prevê a breve instalação de mais 6.800 novos medidores.

Em suma, a Caesb encerrou o exercício de 1980 com um total de 145.954 ligações de água, tendo faturado 105.585.159 metros cúbicos de água, o que representa um aumento de 6.615 ligações em relação ao ano de 1979.

Futuro

Mesmo com a entrada em operação do Sistema Rio Descoberto e da ampliação e melhoria dos sistemas complementares, a Caesb está se empenhando em estudos completos do Vale São Bartolomeu, visando o seu indispensável aproveitamento para fins de abastecimento de água.

Há vários anos, de acordo com os levantamentos e análises dos dados existentes sobre o Rio São Bartolomeu indicavam ser este o único manancial em condições de suportar o crescimento demográfico do DF, e garantir o seu desenvolvimento permanente. Essa consciência, motivou o governo declarar a área envolvida como de utilidade pública e de interesse social, para efeito de desapropriação. (Decreto nº 3.008/75).

Como responsável pela execução desse instrumento legal de real importância, "sobretudo para as gerações futuras", o superintendente da Caesb, afirma ter ajuizado 2.350 ações expropriatórias, correspondentes às terras abrangidas. "Tal procedimento foi adotado a fim de evitar mudanças nas características físicas, químicas e biológicas das águas do Rio São Bartolomeu e de seus principais afluentes, possíveis de serem provocadas por desmatamentos e carregamentos de quantidades excessivas de adubos e detritos de natureza várias, resultantes de atividades urbanas e rurais desenvolvidas na bacia de contribuição".

Ainda na parte de projetos, estudos e programas diversos, foram elaborados ainda, segundo a equipe técnica da Caesb, que trabalhou juntamente com firmas de consultoria especializadas na área da engenharia sanitária e ambiental os seguintes: Estudos Econômicos das Alternativas para Abastecimento de Água do SHI-Norte; Estudos Econômicos das Alternativas para Abastecimento de Água no Núcleo Bandeirante e do Setor 3 do MSPW; Projeto da Subadutora dos Setores 1 e 2 do MSPW - derivação da Subadutora "Booster" Gama; Projeto Básico de Recuperação da Estação de Tratamento de Água de Brasília; Relatório Técnico Preliminar da Estação de Tratamento de Água do Sistema Rio Descoberto.



ESGOTOS

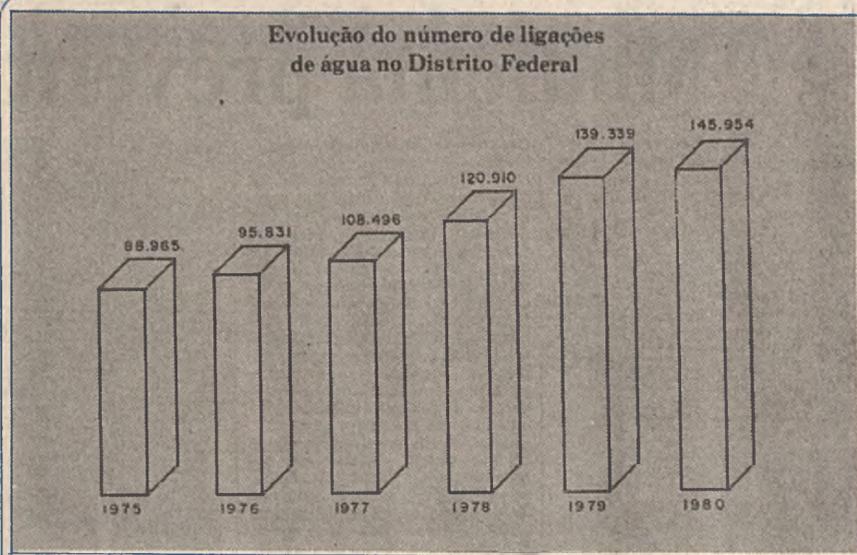
Modernizar todas as redes,

missão da CAESB

Proteger a saúde da população contra os crescentes riscos de poluição das águas. Eis uma das prioridades máximas da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, Caesb. O lago Paranoá - principal receptor da água servida na cidade - é um exemplo vivo do que poderia acontecer com os demais recursos hídricos do Distrito Federal se deixados expostos às cargas crescentes de detritos que convergem para as principais bacias. Melhorar e modernizar a rede de esgotos sanitários que servem a Capital Federal é uma das constantes preocupações da Caesb.

Há poucos anos, as águas do Paranoá apresentavam-se com aspecto limpo, turbidez muito pequena e coloração praticamente ausente, mas agora já está bastante alterada em razão da volumosa carga poluente. Essa transformação deu origem ao fenômeno denominado eutrofização, normalmente observado até mesmo em lagos não-urbanos. Assim, o superintendente acredita que os atuais problemas de poluição e consequente eutrofização do Lago não constituem exceção, "o que significa que devem ser aceitos como herança das urgências impostas quando da construção e posterior consolidação de Brasília".

Segundo o superintendente da Caesb, graças a um intenso e longo trabalho da sua equipe, os elementos que ameaçam a estabilidade do Lago são hoje conhecidos, como também apurada a tecnologia necessária à contenção dos mesmos. Disse ainda que, sendo esta uma das obras prioritárias da Caesb já foram estabelecidas as diretrizes básicas para execução da primeira etapa dos serviços. Define o programa que, em primeiro plano, devem ser concluídas as atividades requeridas para se



INVESTIMENTOS

Dentro dos projetos prioritários da CAESB, no setor de abastecimento de água, a serem iniciados este ano, estão as obras de recuperação da Estação de Tratamento, orçadas em Cr\$ 66 milhões que deverá estar concluída em dezembro de 1981; recuperação dos reservatórios R-1 e R-2, estimadas em Cr\$ 12 milhões e ampliação de R-1 que custará Cr\$ 16 milhões. Esta obra se faz necessária uma vez que a capacidade de recalque do sistema Santa Maria/Torto é de 2.800 litros/segundo, estando no momento bombeando em média 2.300 litros/segundo. A capacidade normal da Estação é de 1.400 metros/segundo, fazendo com que aproximadamente 1.000 litros/segundo sejam distribuídos a população com cloração.

A CAESB aplicará também Cr\$ 10 milhões nas obras de remanejamento da rede de água da Avenida W-3 Sul e setor de

Embaixadas, a fim de eliminar, ou pelo menos reduzir a níveis satisfatórios os rompimentos de redes nesses setores.

Com o objetivo de evitar que a água do sistema rio Descoberto seja distribuída "in natura", a CAESB iniciará este ano o projeto final de engenharia da Estação de Tratamento de água daquele manancial, empregando, para tanto, a importância de Cr\$ 8 milhões e 500 mil. Paralelamente a este trabalho será realizado o relatório técnico preliminar do sistema de abastecimento de água de Taguatinga e Ceilândia a áreas do PEOT. Isto permitirá a CAESB dispor de documento hábil que lhe orientará nos investimentos a serem feitos na região, bem como as exigências de concessão de financiamento do BNH. Este relatório estará concluído em agosto deste ano e estima-se um custo de Cr\$ 12 milhões. A CAESB iniciará também

este ano a elaboração de projetos técnicos e executivos das Estações de Tratamento de Água de Planaltina, Sobradinho e Brasília, além da melhoria do sistema de abastecimento do núcleo Bandeirante e setor 3 do MSPW. Estima-se para esses projetos um dispêndio total de Cr\$ 58 milhões. Esse programa de melhoria no abastecimento consiste em atender definitivamente a demanda atual e futura da população do Núcleo Bandeirante e setor 3 do MSPW através de uma adutora que interligará o sistema distribuidor ao reservatório de Taguatinga Sul do Sistema Descoberto.

Para o atendimento da demanda atual e futura de água dos setores 1 e 2 do MSPW, a CAESB aplicará Cr\$ 5 milhões na construção de subadutores e reservatórios. Atualmente esses setores e o Aeroporto Internacional de Brasília são atendidos pelo sistema "Catetinho".

INVESTIMENTOS

Com o convênio firmado na semana passada entre o Banco Mundial e o Governo do Distrito Federal, no valor de US\$ 180 milhões de dólares, está garantida a instalação de uma enorme rede de esgotos e abastecimento de água para servir Brasília, até dezembro de 1984, quando termina a administração do governador Aimé Lamaison.

De imediato, o Banco Mundial liberou empréstimo de US\$ 39 milhões. Esses recursos serão utilizados pela Caesb e aplicados no sistema de abastecimento de água do Plano Piloto, na barragem de Santa Maria e na construção do primeiro estágio da estação de tratamento de água do Rio Descoberto. Também serão aplicados recursos na expansão do sistema de esgotos do Plano Piloto, com instalação de 350 quilômetros de novas tubulações.

Especificações

A Caesb iniciará em abril próximo as obras do Sistema de Esgotos Sanitários da Bacia do Paranoá, destinando-se para os trabalhos um total de Cr\$ 362 milhões a serem aplicados até dezembro de 1984. Com isto serão eliminadas as medidas paliativas de alto custo, solucionando-se, definitivamente, o problema da poluição do Lago Paranoá. Estudos técnicos realizados pela Caesb apontaram como solução para o problema a coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos de todo o polígono, para além da Bacia do Paranoá.

Com recursos estimados em Cr\$ 280 milhões, a Caesb inicia em março deste ano a construção de redes coletoras de esgotos nos setores QNJ e QNL de Taguatinga, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias e a qualidade de vida da população dessas áreas que já atingem 70 mil habitantes.

Ainda em Taguatinga a Caesb iniciará no próximo mês a construção da Estação Elevatória de Esgotos dos setores QNG e QNH. A estação atenderá aos esgotos provenientes de uma população de aproximadamente 20 mil habitantes. A obra está orçada em Cr\$ 25 milhões e deverá estar concluída em agosto deste ano.

Ainda em março, a Caesb iniciará a construção do sistema de coleta, tratamento e destino final dos esgotos de Brasília, devendo a obra estar concluída em setembro de 1982, com um custo estimado de Cr\$ 105 milhões. A obra consiste na construção de redes coletoras, interceptoras emissárias, lagoas de

estabilização, elevatórias, linhas de recalque e sistema de lançamento. No Gama, a Caesb iniciará este ano duas grandes obras, num total de recursos estimado em Cr\$ 45 milhões, incluindo os projetos técnicos e executivos do sistema de esgotos sanitários. A primeira obra terá início em junho próximo com a construção de redes coletoras de esgotos para atender às novas ocupações urbanas. Em dezembro terá início a construção da Estação de Tratamento de Esgotos e emissários.

Serão aplicados ainda Cr\$ 9 milhões durante este ano na elaboração dos relatórios técnicos preliminares de Esgotos Sanitários de Planaltina, compreendendo as alternativas técnico-financeira, diagnóstico da situação atual, estudo demográfico e caracterização física e sócio-econômica da região. Além disso será elaborado também o projeto final de engenharia do sistema, cuja conclusão está prevista para abril de 1982.

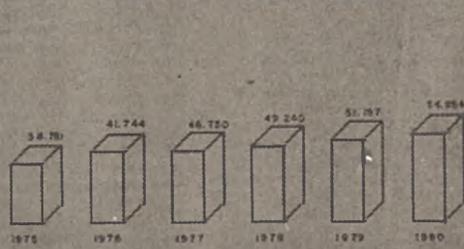
Para Sobradinho será realizado o projeto final de engenharia do Sistema de Esgotos Sanitários a nível de detalhamento de obra. O projeto estará concluído em abril de 1982.

Serão aplicados até dezembro deste ano cerca de Cr\$ 97 milhões na construção de redes distribuidoras de água em Brasília, com objetivo de atender as novas quadras em construção nas Áreas Sul e Norte, bem como as expansões urbanísticas do Núcleo Bandeirante, Guará e Cruzeiro. Com isto, toda nova ocupação urbana de Brasília será ditada de rede de distribuição em Taguatinga e Ceilândia, além de Cr\$ 13 milhões, no Gama.

A melhoria do sistema de abastecimento de água no SHI/Norte estimado em Cr\$ 45 milhões estará concluída em abril do próximo ano. Consiste na desativação do sistema Bananal, que funciona precariamente, e interligação com o sistema Santa Maria/Torto, através do Reservatório R-1.

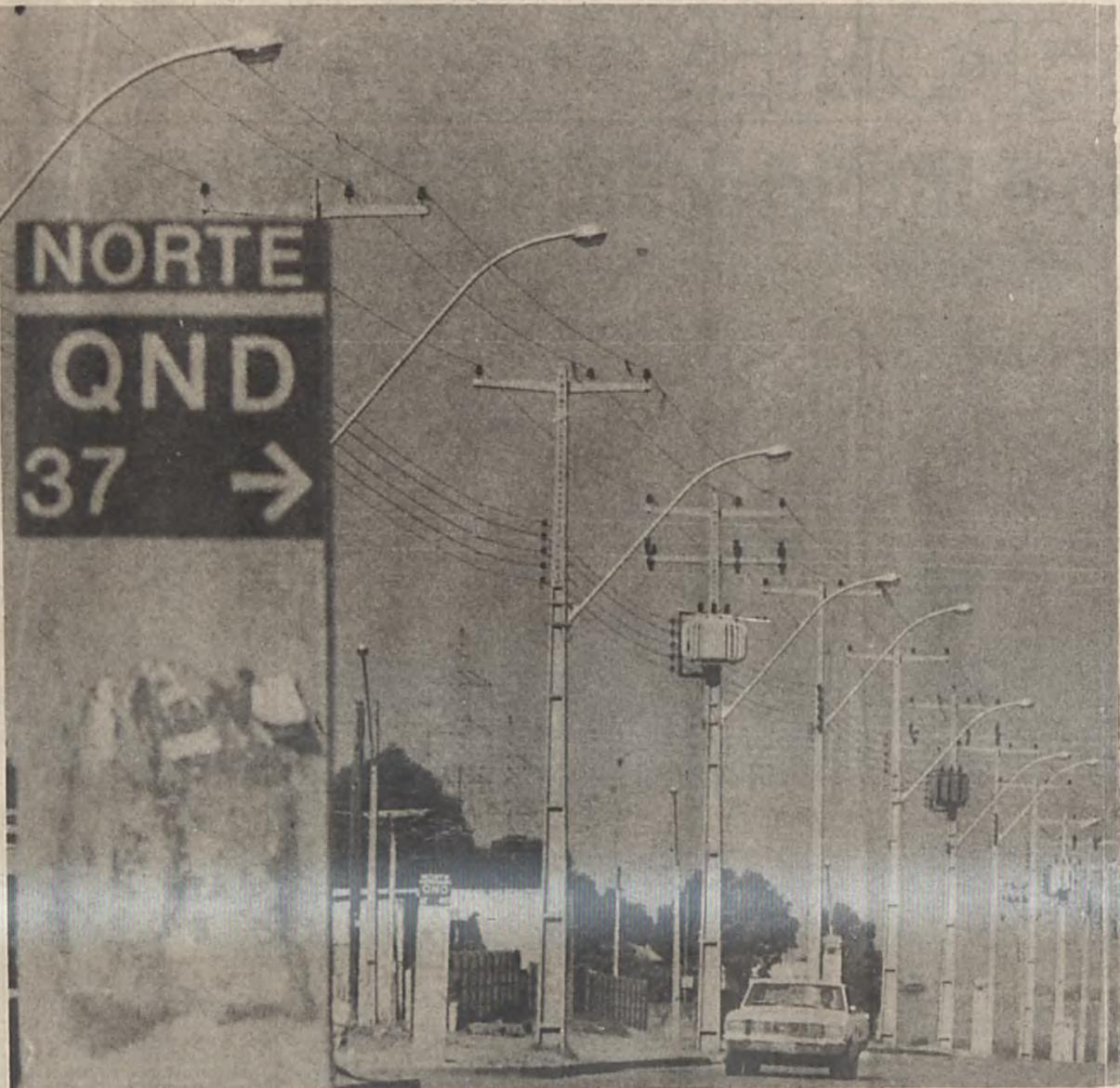
Será finalmente, iniciado em junho deste ano, com término previsto para dezembro de 1983, o relatório técnico preliminar do sistema São Bartolomeu, cujos trabalhos estão estimados em Cr\$ 7 milhões e 500 mil. Consiste em definir as características básicas da obra, estudos dos diversos aspectos de sua viabilidade, pois certas decisões como ocupação do solo e nível de tratamento de esgoto precisam já serem tomadas. Com este estudo, a Caesb passará a dispor de uma estratégia de abastecimento futura de água para o Distrito Federal.

Evolução do número de ligações de esgotos no Distrito Federal



Ainda em Taguatinga foram realizadas 4 mil novas ligações de esgotos sanitários, em cujos trabalhos a Caesb contou com total colaboração da Administração Regional, Centro de Desenvolvimento Social.

Na cidade de Planaltina foram executadas novas redes coletoras de esgotos sanitários graças ao apoio recebido da Administração Regional. "As novas redes permitiram que fossem efetuadas 1.800 ligações domiciliares no decorrer de 1980 e, ainda, o total atendimento da população antes do final do primeiro semestre de 1981, se persistir o ritmo dos trabalhos até então desenvolvidos", finalizou o superintendente da Caesb.



Sobradinho

— Iluminação das faixas verdes das Quadras 13 e 15.

Brazlândia

— Complementação da Via LW-1; iluminação da DF-13, próximo ao Trevo de Entrada da cidade.

Núcleo Bandeirante

— instalação de iluminação no Setor "NOVA DIVINEIA"; iluminação da faixa de domínio da Rodovia Brasília-Anápolis nos trechos Via NB-1/Av. Dom Bosco e Av. Dom Bosco/NB-4.

Planaltina

— complementação da iluminação dos Setores Recreativo e Cultural, Educacional e Tradicional; complementação da iluminação da Rua 1º de Julho; complementação da iluminação da Av. Independência.

Guará

— substituição de luminárias incandescentes por vapor de mercúrio nas QEs 1, 3, 5 e 9 do Guará I; complementação da iluminação dos Conjuntos Geminados das QIs 1, 3, 5, 11, 2, 6, 10, 12, 14, 16, 18, 20 e 22; iluminação de 8 (oito) praças no Guará II.

Ceilândia

O GDF assinou recentemente um convênio com o BNH visando à implantação de infra-estrutura básica na Ceilândia. Com relação à iluminação pública, este convênio prevê a instalação de seis mil luminárias, beneficiando os setores QNP, QNM, QNN e QNO. Além disso, está previsto a complementação da iluminação da Via Central, com luminárias do tipo três pétalas.

Iluminação pública

- 1981

PLANO PILOTO

- 1 - Via de acesso à escola do SHIN - QI 04/QI 06
- 2 - Iluminação interna da Igreja Nossa Senhora das Graças
- 3 - Iluminação interna da Igreja Nossa Senhora de Nazaré
- 4 - Iluminação interna da Igreja Nossa Senhora de Fátima
- 5 - Iluminação interna do Centro Comunitário de Fátima
- 6 - Via de acesso à QI 02 - conjuntos 01 e 02 - SHI Norte
- 7 - Via de acesso à QI 07 e à QL 07 - SHI Norte
- 8 - SHI Norte - diversos conjuntos
- 9 - SHI SUL - diversos conjuntos
- 10 - SIA - Trechos 05 a 10
- 11 - Cruzeiro Novo - 2ª etapa
- 12 - Via W-3 Sul - Quadras 502 a 514

LAGO NORTE

Urbanização e valorização

Ao admitir que o Lago Norte é uma área de ocupação recente onde as construções foram muito intensificadas nos últimos anos, "sendo uma das áreas mais carentes de infra-estrutura urbana", o secretário de Viação e Obras, anunciou determinação do Governador Aimé Lamaison no sentido de que as obras exigidas ao setor sejam "mantidas em ritmo constante até o fim de sua administração", quando "todos os serviços de urbanização estarão concluídos, transformando o Lago Norte — a exemplo do Lago Sul — em um dos melhores bairros do Brasil".

A infra-estrutura do Lago Norte lançada a partir desse governo, possibilitará a execução de um projeto integrado, que corrigirá, inclusive, os defeitos existentes no Lago Sul, onde a implantação já está consolidada.

Como exemplo, temos a implantação da ciclovia que preservará a margem do Lago Norte para uso comum de toda a comunidade. Ou seja, o Lago Norte não terá sua margem cercada como no Lago Sul: "Nós encontramos para essa medida um apoio muito grande da comunidade, o que é natural, pois a península norte tem 5.700 terrenos e apenas 119 são pontas de picolé, isto é, dão margem para o Lago. Isso significa que "menos de 3% dos habitantes teriam acesso ao Lago caso não adotássemos a medida", acrescentou.

No Lago Sul, cuja densidade ocupacional é bastante alta a partir das quadras do Seminário, foi executado o serviço de pavimentação efetuado nas ruas da QI 19 até à QI 23, e ainda, nas QIs, às quadras 18, 20 e 22. Disse que as obras continuarão este ano a partir da QL 24. Além da duplicação de um quilômetro e meio da Estrada Parque Dom Bosco, que circunda o Lago, a SVO tem planos de em 1981 duplicar mais um quilômetro e meio, a fim de atender ao acréscimo do volume de tráfego naquela área, não esquecendo que a QI 27 e 29 já estão totalmente edificadas.

Com relação ao Plano Piloto, foi dado um tratamento preferencial à Asa Norte, pois, como se sabe, várias quadras estavam ainda precariamente urbanizadas. Na Asa Sul, as atenções se voltaram apenas para o serviço de manutenção e recuperação de passeios, uma vez que está praticamente construída e consolidada.

Satélites

Mais de 500 milhões de cruzeiros foram aplicados na Ceilândia para pavimentação de vias, assentamento de meios-fios e obras de urbanização em geral nas etapas um e dois da cidade. A origem dessa verba foi o convênio de um bilhão e meio de cruzeiros firmado com o BNH em dezembro último. O bilhão restante será dedicado às obras de infra-estrutura urbana do Setor P. O convênio foi fixado de acordo com a UPC da época e por isso será reajustado no decorrer de sua duração.

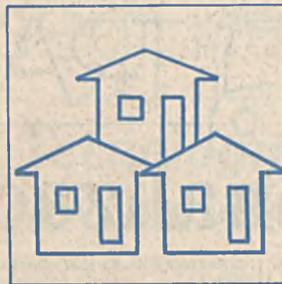
Para dar uma idéia do porte desse convênio, já foram pavimentados mais de 60 quilômetros de vias apenas no conjunto P, objetivando dinamizar o desenvolvimento do serviço de transporte coletivo na área, que, atualmente, não se adapta às condições oferecidas, principalmente durante o período chuvoso.

O projeto Transcol aplicou, no ano passado, mais de 200 milhões em Taguatinga. Entre as obras, destaca-se a recuperação da Avenida Samdu, principal via da cidade, vários quilômetros de galerias pluviais, vias duplicadas, ampliação do sistema viário e implantação através de convênio com a EBTU, da primeira ciclovia de Brasília, com oito quilômetros de extensão, ligando Ceilândia e Taguatinga.

Quanto ao Gama, o secretário de Viação e Obras frisou que talvez seja a primeira cidade do Brasil que tenha praticamente todos os percursos de ônibus já pavimentados, inclusive, o das vias terminais. Das iniciativas referentes a Sobradinho, ele destacou a prevenção e combate contra a erosão, onde o fenômeno se mostra mais acentuado. Em seguida demonstrou bastante preocupação com a instabilidade que a erosão provoca nas construções, nas residências, e principalmente pelo risco de acidentes pessoais. Em vista dessa situação, o GDF reservou 500 milhões de cruzeiros para as obras de combate à erosão, sendo que 300 milhões estão previstos para o Gama e Setor Sul e 200 milhões para Sobradinho. Com recursos dessa ordem, acredita-se que será eliminado todo o risco de erosão das cidades mencionadas.

Está em fase final de negociação, um convênio com o Banco Mundial no valor de trinta e dois milhões e meio de dólares para a complementação das obras de infra-estrutura urbana das cidades-satélites, beneficiando, principalmente, a Ceilândia e Taguatinga. "As obras de infra-estrutura urbana, pelo seu porte e pelo seu vultoso exigem um dispêndio muito grande em recursos e geralmente ficam por baixo do solo", disse ele. São "obras traumáticas", conforme a definição da SVO. Além do mais, a sua execução incomoda aos habitantes, pois consiste na abertura de grandes valas, que provocam poeira e barulho. Após executadas, essas "obras enteradas" normalmente esquecidas "possuem pouco caráter político". São de grande valia para a população.

Contudo, o secretário considera grande a disposição do governador Aimé Lamaison "pois não é qualquer governo que enfrenta esse tipo de obra com tamanha abrangência". Além dos 100 quilômetros de galerias implantados nas cidades-satélites, a execução das obras de infra-estrutura urbana prosseguirão no decorrer de toda a administração, "pelo seu profundo cunho social e pela melhoria da qualidade de vida que propicia uma vez implantado".



HABITAÇÃO
Construções deram lugar às obras de infra-estrutura

Consciente de que o ritmo acelerado de implantação de conjuntos habitacionais não poderia ser mantido, em virtude dos elevados riscos de irreversíveis desequilíbrios estruturais, pois a continuidade da mesma velocidade de construção — 15.000 casas populares em 1 ano — representaria a instituição de uma "cidade" de 100.000 habitantes por ano dentro de Brasília, o GDF desviou a ótica para um outro setor da construção civil: o da infra-estrutura urbana, na tentativa de dotar de mais qualidade o que cresceu tanto em quantidade.

O governador Lamaison já determinou à Secretaria de Serviços Sociais que estude, com a colaboração da Secretaria de Serviços Públicos, as soluções mais adequadas para cada localidade, mesmo que estas signifiquem a implantação de fases iniciais ou embrionárias a partir dos quais tal população possa, então em melhores condições de saneamento básico, gozar de maiores perspectivas do que aquelas de que dispõe em uma favela ou em uma sublocação cara e muitas vezes sujeita à promiscuidade. Também determinei à Secretaria de Viação e Obras que busque as melhores possibilidades de oferta de terras, pois sem estas será impossível desenvolver os programas propostos, por maior que seja a criatividade aplicada aos mesmos. Finalmente, com o apoio do Governo Federal, através do BNH, o

GDF espera poder atender a uma importante parcela da população de baixa renda.

Dentro desta filosofia, no ano de 1980 foram aplicados, pela TERRACAP, com recursos orçamentários, Cr\$ 323.939.661,52 (trezentos e vinte e três milhões, novecentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e um cruzeiros e cinquenta e dois centavos) em infra-estrutura, através de convênios, cujos valores podem ser assim sintetizados: NOVACAP Cr\$ 171.691.808,32; CAESB Cr\$ 123.804.368,00; CEB Cr\$ 27.898.090,86; TELEBRASILIA Cr\$ 545.394,34.

No ano de 1981 a TERRACAP, em seu próprio interesse, deve incrementar os trabalhos de planejamento urbano através de estreita colaboração com a Secretaria de Viação e Obras. Ao mesmo tempo, prosseguirá na execução das demais atribuições legais, visando a atingir os objetivos enumerados a seguir:

Alienação de imóveis

Para o ano de 1981, no que tange a alienação de elaboração de proposta de ampliação da Cidade-Satélite de Brazlândia; o início dos estudos para regularização da VILA PARANOÁ. Fixamos para o fim do primeiro semestre de 1981, no mais tardar, a conclusão do planejamento de reforma do Brasília Palace, com a criação de um complexo de recreação, turismo e, se possível, ensino profissionalizante, na vasta área que circunda o Hotel, incluindo o aproveitamento mais intenso da Concha Acústica.

Infraestrutura básica

Nos trabalhos de implantação de infra-estrutura básica, pretende-se completar a infra-estrutura mínima prevista em lei nos lotes já vendidos pela TERRACAP e em todos a comercializar durante o ano de 1981.

Nos primeiros meses do ano de 1981 devem estar concluídos os trabalhos da "Campanha de Regularização de Lotes" iniciada em 1979. Sobrarão apenas os casos especiais que devem continuar a ser realizados paulatinamente, tratando-se cada caso em um processo específico.

Orçamento para o exercício de 1981

DESPESA	
FUNÇÃO 10 - HABITAÇÃO E URBANISMO	
PROGRAMA 58 - URBANIZAÇÃO	
Subprograma 323 - Planejamento Urbano	
- Execução de Obras e Serviços de Infra-estrutura no DF	509.930.000,00
- Amortização do Financiamento dos Equipamentos Tecnológicos do Teatro Nacional	50.000.000,00
- Ampliação e Conclusão do Teatro Nacional	12.000.000,00
FUNÇÃO 11 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
PROGRAMA 63 - COMÉRCIO	
Subprograma 353 - Comercialização	
- Manutenção das Atividades da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	824.070.000,00
- Equipamento dos Órgãos e Serviços	10.000.000,00
- Ampliações, Reconstruções Parciais, Restaurações e Modificações de Construções ou Obras Concluídas	4.000.000,00
- Operações Imobiliárias	90.000.000,00
TOTAL:	1.500.000.000,00



Após constatar que Brasília não suporta mais o fluxo migratório, a preocupação do GDF, na administração Lamaison, é com a implantação de infra-estrutura básica.



ILUMINAÇÃO

Brasília, a cidade mais clara do país

O Governo do Distrito Federal investirá ao longo deste ano um total de Cr\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de cruzeiros) em novas obras de iluminação pública, abrangendo o Plano Piloto e as cidades-satélites.

Para manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, em 1981, foi destinada a verba de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), totalizando investimentos de Cr\$ 211 milhões neste setor.

No Plano Piloto destaca-se a execução de obras como, a 2ª etapa dos serviços de instalação de iluminação no Cruzeiro Novo, ficando, assim, 90% (noventa por cento) daquela área servida de iluminação. E certo também a execução das seguintes obras:

- instalação de iluminação nos trechos 05 a 10 do SIA;
- Via W-2 Sul, Quadras 502 a 514; 51 (cinquenta e um) conjuntos no SHI Sul; 40 (quarenta) conjuntos no SHI Norte; vias de acesso no SHI Norte, tais como: via de acesso à Escola localizada na QI 04/QI 06, via de acesso à QI 02, Conjuntos 01 e 02 e a via de acesso a QI 07 e QL 07; e também a iluminação das áreas adjacentes ao Centro Comunitário de Fátima, à Igreja de Fátima, à Igreja Nossa Senhora das Graças e à Igreja Nossa Senhora de Nazaré.

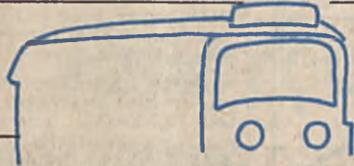
Quanto as obras de iluminação pública que serão executadas nas cidades-satélites, de acordo com as prioridades determinadas pelas Administrações Regionais, podemos relacionar as seguintes obras:

Taguatinga

— Complementação da iluminação do Setor QND; complementação da iluminação da Estrada Parque Contorno de Taguatinga até o QNL.

Gama

— iluminação da pista de entrada da cidade com acesso ao Setor Norte; - complementação da iluminação do Setor Central; - melhoria da iluminação das vias principais do Setor Leste.



TRANSPORTES

Racionalização e integração, dois objetivos

"Um aspecto da racionalização dos transportes coletivos em Brasília" foi materializado no princípio do ano quando entrou em funcionamento a Rodoferroviária, através da conjugação da Estação Ferroviária Monumental com o terminal de ônibus interestadual. Esta adaptação foi executada em convênio com o Ministério dos Transportes através do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e Rede Ferroviária Federal (RFFSA). O novo terminal foi destinado aos ônibus interestaduais, reservando, assim, a Estação Rodoviária do Plano Piloto, exclusivamente para ônibus coletivos. Com esta obra o Distrito Federal passa a economizar anualmente 2.500.000 litros de óleo diesel.

Anteriormente, apenas uma das alas da Rodoviária de Brasília se destinava aos coletivos que eram obrigados a permanecer em longas filas aguardando vagas. Desta ala, eram transportados anualmente mais de 100 milhões de passageiros, contra seis milhões da ala de ônibus interestaduais. Com a entrada em funcionamento da Rodoferroviária, as duas alas da Rodoviária ficaram destinadas aos ônibus coletivos.

A liberação da Rodoviária aos coletivos proporcionou maior frequência de viagens entre o Plano Piloto e cidades-satélites, resultando consequentemente, um melhor atendimento à população do Distrito Federal. A mudança estava dentro das prioridades do Governador Aimé Lamaison que, ao assumir o cargo, estabeleceu como meta de sua administração a criação de um sistema adequado para a racionalização do transporte público em Brasília.

Considerando as constantes variações nos custos de combustíveis, que têm representado forte impacto em todas as áreas econômicas do país, o GDF pretende introduzir alternativas de transporte menos dispendiosas em termos de combustíveis "e quase tão confortáveis, confiáveis e acessíveis quanto o automóvel". Serão criados a partir deste mês, os serviços de táxi-coletivo e o transporte de vizinhança, medidas que antecedem a política de cobrança de estacionamento a ser implantada em todas as áreas centrais de Brasília.

Inicialmente serão implantadas 14 linhas com um total de 85 carros com capacidade de 19 a 21 passageiros, ligando áreas residenciais aos setores de trabalho, além dos locais de colégios, compras e lazer.

A partir dos resultados alcançados nesse primeiro grupo de linhas deverá haver a implantação do segundo grupo, cujas linhas já estão projetadas. Espera-se que estes novos serviços irão suprir as áreas onde a demanda de passageiros é relativamente baixa porque a criação de linhas regulares de ônibus convencional seria opcionalmente indesejável, uma vez que a tarifa teria que ser elevada para cobrir os custos de uma alta frequência com baixa ocupação.

Táxi-Coletivo

As pesquisas realizadas recentemente pela Secretaria de Serviços Públicos revelam que o táxi-convencional, pelos repetidos aumentos de combustíveis, já não representa mais a alternativa para quem se dispõe a abandonar sua condução particular. O táxi iguala-se, em termos energéticos, ao automóvel, deixando, consequentemente, de apresentar vantagem e de exercer atratividade como transporte público individual. Assim, os táxis passarão a ser utilizados somente para viagens em condições especiais, e essa situação deverá se agravar a cada novo aumento do preço dos combustíveis.

Diante disso, a SSP dará prioridade aos motoristas autônomos que operam na praça com registro na entidade de classe e as empresas de táxis do Distrito Federal, para habilitarem-se aos serviços de

táxi-coletivo e transporte de vizinhança, através da permuta de placas. Com essa medida, acredita-se que deverá abrir-se novo campo de trabalho, mais rendoso, para os motoristas de táxi.

Problemática

"O setor de transporte público de Brasília compreende atualmente 128 linhas de ônibus, distribuídas por quatro empresas que transportam cerca de 500 mil passageiros por dia. Apesar do elevado número de linhas, constata-se ainda acentuada subfretada a demanda, deficiências nos pontos de parada e terminais, além da pouca acessibilidade ao transporte público nas vias locais e coletoras do Plano Piloto. A deterioração dos transportes públicos de Brasília vem concorrendo para a crescente sobrecarga do tráfego viário através do transporte individual. Atualmente a frota de automóveis no Distrito Federal ultrapassa a 200 mil veículos e o sistema viário, em determinados picos de carga, já apresenta sinais de insuficiência".

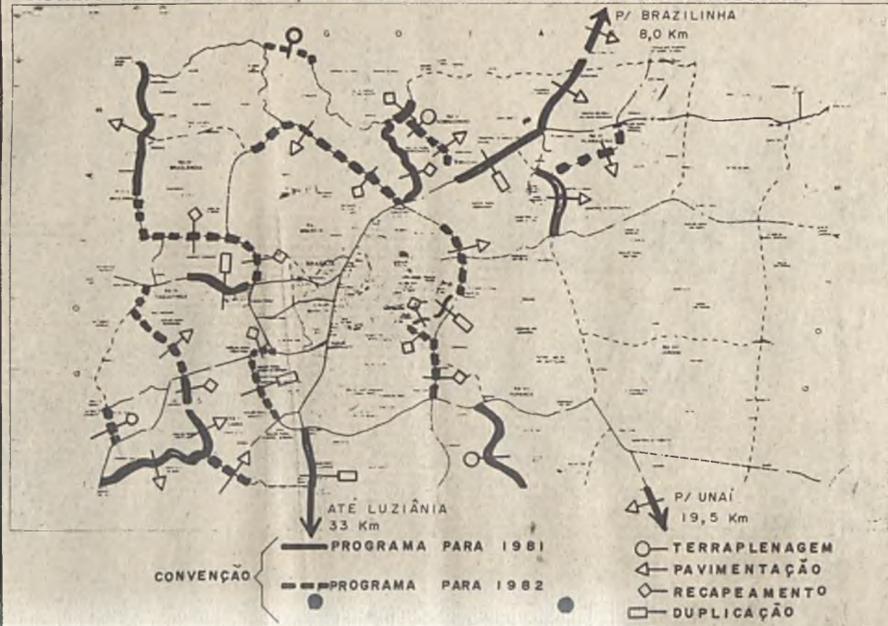
Para a correção destas falhas, serão implantados corredores estruturais e pavimentação de todas as vias por onde passarão os ônibus. Os terminais rodoviários, também previstos, estão adequados à demanda dos próximos cinco anos e preparados para expansão futura. Deverão ser construídos ainda 200 abrigos de ônibus e intensificado o programa de treinamento e orientação a motoristas e cobradores. Outra medida será o prosseguimento, até atingir as cidades-satélites da "Operação Horário" que tem por objetivo oferecer à população do Distrito Federal transporte mais rápido e eficiente.

Com essas medidas, acredita-se que Brasília disporá de transportes que permitirão não apenas atender adequadamente às necessidades dos seus usuários, mas aos desejos da administração pública, através de novas opções para o proprietário do automóvel reduzir o consumo de petróleo e o dispêndio de divisas.

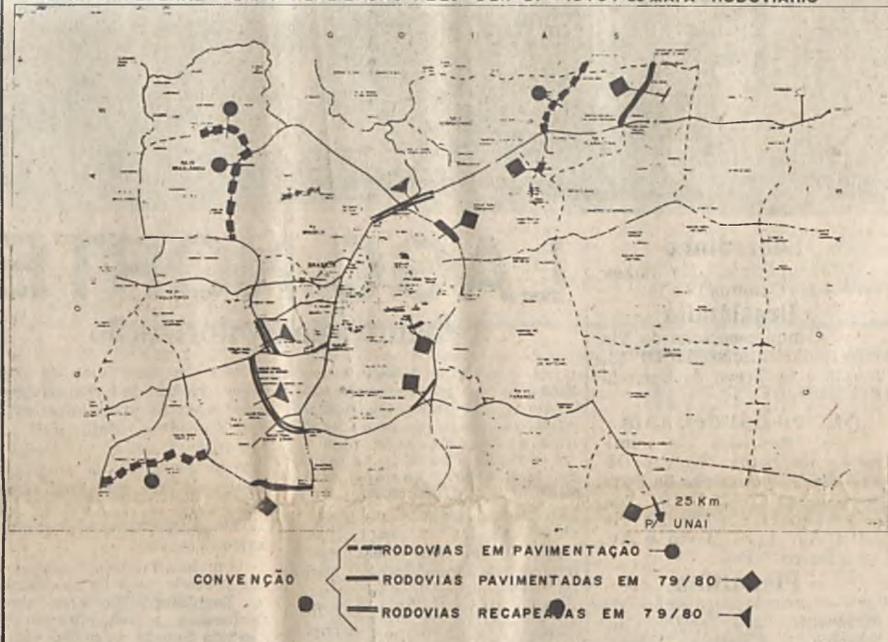
INVESTIMENTOS

Sistema Rodoviário do D.F.
Cr\$ 228.475.000,00
Previsão de recursos para 1981 Cr\$ 235.026.000,00
Recursos para extensão de rodovias
Cr\$ 210.963.000,00
Previsão para 1982 em obras de recapeamento no Plano Piloto Cr\$ 731.040.000,00

DISTRITO FEDERAL PROGRAMAÇÃO DE OBRAS DO DER-DF PARA 1981/82 MAPA RODOVIÁRIO



DISTRITO FEDERAL OBRAS REALIZADAS PELO DER-DF - 1979/80 MAPA RODOVIÁRIO



Novos terminais rodoviários

TAGUACENTER -
Obra iniciada em 1980 e com término previsto para abril de 1981.
TAGUATINGA SUL -
Obra iniciada em 1980 e com término previsto para abril de 1981.
CRUZEIRO -
Término previsto para abril de 1981
SETOR "O" - CEILÂNDIA (1ª ETAPA) - Término previsto para setembro de 1981.
GUARÁ -
Obra a ser executada em 1981.
SETOR "O" - CEILÂNDIA (2ª ETAPA) - Obra a ser iniciada em 1981.
SEGUNDA ETAPA DO TERMINAL DO GAMA -
Concluído em 1980.

Zona Rural, uma das prioridades

Estão reduzidos os transtornos ocasionados pela precariedade do sistema viário da região geoeconômica e das diversas estradas que se ligam ao Distrito Federal. Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da geoeconômica era o estado dessas estradas durante o período mais chuvoso do ano, quando elas, por serem implantadas em terreno argiloso, se transformam em verdadeiros lamaçais.

O drama dos agricultores que, na época das chuvas, não conseguem atingir o mercado brasileiro, está sendo acompanhado pelo governo do Distrito Federal e constitui-se em uma de suas principais preocupações. A partir de 1980 foi possível fazer a manutenção de todas essas estradas, através de convênio firmado entre a SVO e as Secretarias de Transportes dos Estados de Minas e Goiás, e que se prolongará até 1981.

Esta é uma ação discreta que foi levada a efeito durante 1980. Os quadros comparativos de 1980 com relação a 1979 mostram sensível melhoria no tráfego das estradas e consequentemente no escoamento da produção.

A contratação de vários quilômetros de projetos de engenharia foi intensificada durante este governo, uma vez que sem eles, não seria possível a obtenção de financiamentos para execução do Plano Diretor de Rodovias

Vicinas para o Distrito Federal — "fundamental ao desenvolvimento da geoeconômica".

As obras referentes ao Plano Diretor, realizadas através de convênio com o Ministério dos Transportes, foram orçadas em 25 milhões de cruzeiros e os estudos estão sendo concluídos pelo Geipot. Já estão em fase de execução 150 quilômetros de projetos de engenharia de rodovias vicinas dentro do Distrito Federal e mais 120 quilômetros de projetos finais de engenharia na região geoeconômica.

Dessas estradas, destaca-se como sendo mais prioritária, a Rodovia DF-06, que atende ao núcleo rural de Planaltina até Arlitos e Buritis. Conforme explicou, o projeto desta rodovia está integrado aos programas de desenvolvimento agrícola da Secretaria de Agricultura — DF, todos já encaminhados ao Bando Nacional do Desenvolvimento Econômico para análise. "Inclusive — lembrou o secretário de Viação e Obras — há cerca de um ano o GDF assinou convênio com o BNDE no valor de 350 milhões de cruzeiros em ORTN para a implantação dessa rodovia.

O GDF contratou também projetos de estrada para o atendimento dos programas de transporte coletivo, principalmente para atender as regiões do Gama e Taguatinga. A medida encampa

dois objetivos: melhoria da circulação dos transportes coletivos urbanos e dos núcleos rurais do Gama.

As atividades de projetos passaram a ser desenvolvidas rotineiramente neste governo e já se encontram em fase de elaboração o projeto de duplicação da Rodovia BR-020 (entre Planaltina e Sobradinho) e o projeto de duplicação da Rodovia BR-040 (entre o Gama e Luziânia). Além disso, foram contratados projetos de menor porte para as rodovias que fazem parte do plano rodoviário da cidade. Entre elas está a duplicação da Estrada Parque Dom Bosco, que atende ao Lago Sul.

Nos dois primeiros anos de atividade do governo Lamaison, já foram pavimentados 60 quilômetros de estradas, das quais 25 no Estado de Minas, Unai-Brasília). Ressaltou que até o final de abril devem ser inaugurados 17 quilômetros de rodovia DF-020, 13 quilômetros da Rodovia DF-015, de Planaltina até a divisa Norte do DF, e ainda os 25 quilômetros da Rodovia BR-251. Portanto, até abril existirão 55 quilômetros de rodovias a serem inauguradas.

Calcula-se que em dois anos de governo praticamente foram pavimentadas mais de 100 quilômetros de estradas, "o que se constitui num verdadeiro

recorde, ainda mais se considerarmos os altíssimos custos da construção rodoviária no momento". Porém, estes elevados custos são seguramente compensados pelo rápido retorno que se obtém com a pavimentação de estradas.

Convênio

A Rodovia BR-080 começará a ser pavimentada, a partir de abril, no trecho que liga Brasília ao Município goiano de Dois Irmãos, conforme ficou estabelecido no convênio assinado há poucas semanas entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério dos Transportes, pelo DNER, e Ministério do Interior, através da Sudeco.

Até o final de 1983, será pavimentada a rodovia até Dois Irmãos, com acesso a Padre Bernardo. Dessa forma Brasília estará ligada aos dois principais pólos de desenvolvimento da região geoeconômica. E isso, certamente provocará a intensificação de atividades da produção primária e consequentemente da atividade agroindustrial. Além dos benefícios imediatos é fácil imaginar os efeitos dessa política no futuro, uma vez que estes pólos terão capacidade de gerar emprego e por sua vez absorver grande parte do fluxo migratório que atualmente se dirige a Brasília.

O sistema atual ainda é a melhor das alternativas

A velocidade do crescimento demográfico de Brasília, em um grau superior ao planejado, constitui um dos maiores problemas do Governo do Distrito Federal no que se refere a manutenção da oferta de transporte coletivo a nível compatível com a demanda. A lenta perda de terreno nesses 20 anos, deixou um saldo negativo no setor de transporte coletivo não só quanto à infra-estrutura viária mas, principalmente, quanto à sua atuação operacional, ou seja, com uma frota insuficiente, desgastada e operada por pessoal destreinado.

Duas alternativas foram propostas no início do governo a primeira com base em um sistema montado na estrutura rodoviária e a segunda a partir de um transporte eletrificado. Chegou-se a conclusão — acrescentou — de que pelo menos durante esta fase de demanda de transportes coletivos deveria permanecer a estrutura rodoviária. Definido isto, passou-se a buscar o projeto que pudesse materializar as soluções dentro do conceito da tecnologia rodoviária. As razões básicas para a manutenção dessa tecnologia foram dadas pelas constatações de que, a nível de transportes, se tem três caminhos a seguir: o subterrâneo, o de superfície e o elevado.

O governo do Distrito Federal acredita que pelo menos na atual fase, o transporte subterrâneo não deve ser implantado em Brasília, pelo seu elevado custo. Para a construção do metrô, segundo comprovou, são necessários US\$ 60 milhões por quilômetro e só se justifica para uma população a ser transportada da ordem de 40 mil pessoas por hora. Sobre os transportes elevados ele disse que o custo fica entre 35 e 40 milhões de dólares por quilômetro. Então, só se justifica, também, para uma população a ser transportada da ordem de 40 mil passageiros por hora.

"O transporte de superfície, rodoviário ou ferroviário, é o mais compatível para o Distrito Federal, nesta década de 80, pelo seu custo operacional e pelas características da demanda principalmente nas cidades-satélites", concluiu Maciel. E para exemplificar lembrou que, atualmente, um usuário da Ceilândia toma um ônibus para o Plano Piloto que trafega por uma via única, até a Estação Rodoviária. A partir daí ele é obrigado a usar outro coletivo que o transportará para seu destino final, quando o ideal seria um transporte que atendesse à origem e o destino do passageiro.

Rodoviário

O Programa de Transporte Coletivo — Transcol — definiu três vias de penetração das cidades-satélites ao Plano Piloto: W/3, L-2 e Eixos Auxiliares, com extensão até a Asa Norte, fazendo com que a linha não tenha fim na Rodoviária. Para isto, várias providências já foram e estão sendo tomadas. No ano passado, foram adquiridos mais 410 ônibus, sendo 210 para substituição daqueles com mais de 10 anos de uso e, 200 para ampliação da frota. Em 1981, está prevista a aquisição de mais 314 ônibus dos quais 125 para substituição e 189 para ampliação.

Paralelamente à ampliação da frota, o Transcol previu ainda a definição de faixas exclusivas em algumas vias do Distrito Federal a fim de permitir uma maior agilização do transporte coletivo. Atualmente existe, em todas as vias um transporte compartilhado entre ônibus, motocicleta, automóvel particular, táxi e pedestre. De acordo com o projeto ficou demonstrado que em algumas vias haverá necessidade de faixas prioritárias para ônibus, como nos eixos auxiliares. Outro ponto é o da prioridade física e operacional para o ônibus com semáforos atuados pelo próprio motorista e construção de dez terminais rodoviários.

Ferrovário

Pelo que ficou estabelecido do projeto Transcol, elaborado pelo Ministério dos Transportes, a solução indicada, a longo prazo, para melhorar o sistema de transporte coletivo urbano é o uso da tecnologia ferroviária. Ainda de acordo com o projeto, deve ser mantido o mesmo itinerário de coleta e distribuição dos coletivos rodoviários, criando-se, entretanto, um eixo de alta capacidade, com equipamento ferroviário, ligando o Plano Piloto aos núcleos urbanos localizados ao sul.

EDUCAÇÃO

Atendimento da criança, o objetivo

Apesar de Brasília ser uma das cidades que mais crescem no país, a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal está segura de que os resultados no biênio 79/80 foram altamente positivos e acompanharam este ritmo de crescimento.

Cumprindo a meta prioritária de atender a população de 7 a 14 anos de idade, além de oferecer oportunidades de educação à população de baixa renda, nas outras faixas etárias, a rede oficial de ensino registrou os seguintes resultados em relação às matrículas efetivadas:

	Em 1979	Em 1980
Pré-escolar	17.656	18.662
1º Grau	213.458	218.491
2º Grau	28.403	31.348
Supletivo	22.979	24.623
Ensino Especial	1.928	2.015

Somados esses números, verifica-se que a matrícula nas escolas oficiais estendeu-se, de um total de 284.510 alunos em 1979, para 295.211 em 1980, o que representa cerca de 25% da população do Distrito Federal.

Expansão da Rede Física

Para que essa expansão se tornasse realidade foi necessário um investimento em construção de salas de aula na ordem de Cr\$ 199.151.408,18 (quatrocentos e noventa e nove milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e oito cruzeiros e dezoito centavos). Em 1979 foram concluídas 514 salas de aula e, em 1980, mais 141 foram construídas, o que perfaz um acréscimo de 655 salas de aula, nesses dois primeiros anos de Governo.

O custo total dos serviços de manutenção orçou em Cr\$ 35.146.303,24 (trinta e cinco milhões, cento e quarenta e seis mil, trezentos e três cruzeiros e vinte e quatro centavos). Ainda no biênio 79/80, foram aplicados Cr\$ 1.900.000,00 (Hum milhão e novecentos mil cruzeiros) na ampliação de palcos e aquisição de equipamentos para auditórios de cidades-satélites.

Além disso, destinaram-se significativos recursos financeiros na aquisição e recuperação de mobiliário escolar como cadeiras, carteiras e outros equipamentos, materiais de laboratório, material audiovisual etc.

Melhoria qualitativa do Ensino

Já estando matriculados no 1º grau aproximadamente 95% das crianças em idade escolar e existindo vaga para todas as crianças na faixa etária obrigatória — de 07 a 14 anos — que procuram a rede escolar, a Secretaria de Educação e Cultura dedica o melhor dos seus esforços à melhoria qualitativa do ensino ministrado no Distrito Federal e ao enriquecimento dos recursos humanos de que dispõe. Esse objetivo engloba, natural-



mente, os alunos e o pessoal ligado à prática de ensino: pessoal técnico, administrativo, diretores, supervisores e professores, elementos-chave para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico, que deverão estar sempre informados, quer dos problemas que toquem o universo escolar como a evasão e a repetência, quer de novas técnicas propiciatórias à melhoria do ensino.

No que se refere à melhoria qualitativa reformularam-se os currículos dos diversos graus e modalidades de ensino de forma a permitir que o processo de aprendizagem seja permanentemente enriquecido pelas novas descobertas científicas e metodológicas, ao mesmo tempo que se ensina que todos os alunos de uma mesma série tenham recebido, ao término do ano letivo, a mesma qualidade de formação.

As metodologias foram diferenciadas de acordo com o conteúdo e a clientela, levando-se em conta as diferenças individuais e a bagagem

cultural de cada grupamento/classe.

Assistência

Merecem especial destaque as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Educacional do Distrito Federal em relação à assistência ao educando.

Em 1979, foram servidas 30.431.570 (trinta milhões, quatrocentas e trinta e uma mil quinhentas e setenta) refeições escolares da rede oficial e, em 1980, registrou-se a distribuição de 46.645.288 (quarenta e seis milhões, seiscentas e quarenta e cinco mil, duzentas e oitenta e oito) refeições. Esse atendimento envolveu, além dos recursos do Governo do Distrito Federal, substancial apoio do MEC, através da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, e reforço complementar assegurado pelas Associações de Pais e Mestres e pelo projeto de Hortas Escolares.

O alcance social desse programa de complementação alimentar

evidencia-se pelo fato de 95% do atendimento destinar-se à população carentes das cidades-satélites.

Tendo em vista garantir ao aluno da rede melhores condições de aprendizagem, prestou-se assistência ao escolar também nos aspectos referentes à saúde. Durante o biênio 79/80, promoveu-se atendimento odontológico — 523.902 consultas; atendimento clínico a 29.593 alunos; atendimento oftalmológico a 52.412 alunos; além de 127.785 exames médico-biométricos e 6.300 encaminhamentos a clínicas especializadas.

A assistência ao educando substanciou-se, ainda, na distribuição de livros didáticos a alunos carentes, da 1ª a 4ª séries do ensino de 1º grau. Em 1979 e 1980 foram distribuídos 920.000 livros didáticos a crianças necessitadas dessa ajuda. Isso foi possível graças a um convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal e o MEC, através da Fundação Nacional de Material Escolar.

segurança

Tecnologia japonesa para bombeiros do DF

Através de cooperação técnica do governo japonês, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal inaugurou recentemente o Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização para oficiais e praças. Qualquer civil também poderá participar do treinamento, visando, inclusive, a possibilidade futura de formação de Bombeiros voluntários.

A escola pretende preparar bombeiros profissionais e desenvolver uma mentalidade comunitária para a prevenção contra incêndios, sob o enfoque de que o principal papel que uma corporação de bombeiro deve exercer, não é apagar incêndios mas evitar que eles aconteçam. Para maior eficiência desse programa será fundamental a participação do maior número possível de pessoas da cidade, com um conhecimento elementar das técnicas de como apagar um incêndio no seu começo.

As mudanças que vêm ocorrendo no homem dentro da sociedade, tem trazido, como consequência, uma maior concentração urbana em detrimento das atividades agrícolas tradicionais. Isso faz com que as cidades apresentem, cada vez mais, um nível de perigo em todas as áreas de atuação do indivíduo. E na parte relativa ao incêndio e calamidades isto também vem acontecendo em razão do conglomerado de pessoas sempre maior. Apesar da tecnologia contribuir muito para o desenvolvimento do homem como ser, ela também, em contrapartida, traz no seu bojo uma maior potencialidade de ferir. Portanto, as técnicas modernas de prevenção e combate a incêndio, assim como as de salvamento necessitam de aperfeiçoamento.

Em função deste raciocínio, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a partir de 1975, começou a fazer um estudo no sentido de poder contar com a colaboração de países onde estas técnicas já tivessem atingido um nível de sofisticação. A partir daí, o Corpo de Bombeiros procurou levantar dentro da economia americana — país onde as estatísticas são muito utilizadas em todos os campos — o que aconteceu na área em questão. Se verificou que esta economia, em 1974, sofreu uma sangria muito violenta por causa dos incêndios e das futuras indenizações das vítimas. Por essa razão, o governo americano investiu maciçamente em prevenção contra incêndio obtendo resultado bastante satisfatório. Para se ter uma idéia houve retorno de aproximadamente mil por cento, em relação ao investimento realizado.

De posse destes dados, o Governo do Distrito Federal entra em entendimento com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e naturalmente com o Ministério das Relações Exteriores, tentando mostrar a seus técnicos o valor de um programa, que além de melhorar as condições de vida das pessoas na cidade, também traria benefícios para a economia do país. Uma vez planejada a solicitação de acordo técnico a um país com desenvolvimento nessa área, pensou-se no Japão, por ser atualmente um dos melhores parceiros do Brasil em troca de informações científicas.

Voluntários

Não existe no Brasil o bombeiro voluntário, ao passo que na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e nas demais potências em geral, é uma figura extremamente popular. Somente no Japão, existem cem mil bombeiros profissionais e um milhão e duzentos voluntários. Então, o Centro de Formação tentará, pelo menos de forma embrionária, desenvolver dentro da comunidade, alguns conhecimentos básicos que permitam ao cidadão comum saber como se defender.

Como todo incêndio começa pequeno, basta algumas noções

elementares para extingui-lo e evitar que se propague. Evidentemente, quando não se possui qualquer conhecimento, como sempre acontece, o fogo se transforma em monstro e a tendência é fugir. Ninguém pensa de fato nos perigos que nos rodeiam no dia-a-dia e o total desconhecimento de causa contribui para que esses perigos aumentem.

Um bombeiro voluntário, de qualquer um dos países citados, apenas com conhecimentos básicos, são capazes de participar de uma operação de extinção de incêndio pequena. E devido a cultura brasileira não ter se desenvolvido também neste sentido que volta e meia somos obrigados a encarar incêndios como, por exemplo, o do edifício Joelma ou o do Grande Cidade em São Paulo. E bem possível que nenhum deles acontecesse se a população tivesse um mínimo de conhecimento.

Ciência

A prevenção contra incêndio é uma ciência, porque envolve um conhecimento específico da área de engenharia, sendo necessário, inclusive, aulas de hidráulica, eletricidade, física, química, etc. Exige, portanto, uma capacitação técnica avançada, principalmente quando se trata de desenvolver projetos de prevenção, que atenda, por exemplo, as necessidades de um prédio, como hoje já existe em Brasília, com mais de 20 andares. Um edifício deste porte, tem que ter sua própria segurança, isto é, tem que ser auto-suficiente, pois é bobagem achar que o bombeiro vai apagar um incêndio desse nível. O certo seria não deixar acontecer um incêndio como este, mas acontecendo, o prédio tem que estar devidamente preparado para extingui-lo rapidamente porque o deslocamento de um quartel até o local de um grande incêndio, por mais rápido que seja acionado qualquer tempo poderá ser fatal. E óbvio, porque o grau de periculosidade que existe dentro desses "espigões" (materiais de alto teor de combustível como: tapetes, cortina, papéis, móveis, laboratórios fotográficos etc) faz com que o fogo se propague numa velocidade muito grande, de modo que, uma vez alastrado, nem um corpo de bombeiros inteiro poderá apagá-lo.

Pode-se dizer que o Japão forneceu ao Corpo de Bombeiros subsídios para que possa desenvolver em Brasília técnicas até então desconhecidas. Quando a missão japonesa esteve aqui, em 1979, trouxe projetos de instalações de equipamentos para laboratórios, que permitirão fazer com que a área de combate e prevenção contra incêndios seja estudada de maneira mais científica e não mais apenas como uma técnica desenvolvida. Ou seja, através da repetição é possível condicionar o homem a fazer determinados movimentos que darão frutos numa operação. Mas na verdade é preciso pesquisar para saber o porquê do incêndio acontecer, e em função dessa pesquisa, desenvolver uma tecnologia para eliminar o problema principal.

Funcionamento

No Brasil, existem duas corporações de bombeiros profissionais independentes — do Rio de Janeiro e de Brasília. As demais pertencem às Polícias Militares. Brasília, como Capital da República, tem por função ser um pólo indutor de desenvolvimento portanto, nada mais próprio do que se instalar aqui alguma coisa que dissemine conhecimento tecnológico para o resto do país. Esta é outra das etapas a ser atingida pela Escola. E intensão que bombeiros de todo o Brasil venham a Brasília buscar todos estes conhecimentos técnicos difundidos em seus respectivos estados. No futuro quem sabe seja possível conquistar um espaço na América Latina ou mesmo na África.

Dinamização da cultura popular

A conclusão de grandes obras, como a do Teatro Nacional, no final do mês de abril; e programas de popularização da cultura, nas áreas de teatro, música e criatividade infantil, são algumas das prioridades da Secretaria de Educação e Cultura, além de uma preocupação com a preservação do patrimônio histórico e artístico do Distrito Federal, eles são itens decisivos no Programa de Dinamização Cultural, que está sendo desenvolvido pelo governo Aimé Lamaison.

O Teatro Nacional, agora com o projeto de Oscar Niemeyer totalmente concluído, será reinaugurado no próximo dia 21 de abril. As obras estarão concluídas já no final deste mês, a partir de quando o teatro será entregue ao pessoal técnico e de apoio, para conhecimento e familiarização com os equipamentos de som e iluminação disponíveis.

O teatro terá três salas: Villa Lobos, Martins Penna, Alberto Nepomuceno e duas galerias de arte, além das salas de ensaio e as dependências destinadas à administração. No seu anexo funcionará a sede da FCPF.

A música em todas as suas manifestações também teve apoio decisivo por parte do GDF, destacando-se a ORQUESTRA DO TEATRO NACIONAL, com a criação efetiva de seu quadro de empregos, no dia 13 de abril de 1980. A Orquestra vem se apresentando no Cine Brasília, até a reabertura do Teatro Nacional, tanto nos tradicionais concertos aos sábados como nos Concertos para a Juventude, aos domingos. Em 1980, um público de quase 20 mil pessoas assistiu a suas apresentações.

A Cultura, através do PROJETO PLATEIA, vem sendo efetivamente levada às cidades-satélites. No dia 30 de novembro de 1980, foi concluído o primeiro período de suas atividades regulares nas cidades do Gama e Guará. O número total de atividades apresentadas à clientela dessas cidades em 4 auditórios, 3 salas e 2 locais ao ar livre, foi de 163 apresentações, assim distribuídas: 66 espetáculos de música, sendo 02 ao ar livre, 22 espetáculos de teatro, 36 de dança, 12 folclóricos,

12 clássicos e 12 modernos), 25 sessões cinematográficas, 7 conferências literárias e 9 exposições de artes plásticas.

O público presente aos espetáculos foi de cerca de 42 mil pessoas, com uma média de 255 pessoas por apresentação, superando a previsão que era de 32.000 (200 por apresentação).

O PROJETO CRIANÇA, realizado para incrementar a produção do teatro infantil no Distrito Federal, contou com o decisivo apoio do SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO e constituiu-se de 3 etapas:

Seminário de Dramaturgia Infantil, com 128 inscrites, verdadeiro curso de teatro. Constituiu-se de: oficina de dramaturgia, linguagem de teatro infantil e teatro infantil e teatro na educação e preparação do ator e de direção;

I Concurso de Dramaturgia Infantil do DF — Estímulo à criação, quando foram oferecidos três prêmios de Cr\$ 50.000,00 para as 3 peças consideradas melhores, todas de autores residentes em Brasília: Coração de Palha (Valmir Farias Pasquin); Estrelinha do Mar (Kleber Magalhães do Vabo Júnior) e a Raiz do Pau Encarnado (Criação Coletiva do Grupo Katáris).

— Patrocínio de Montagem, quando foi oferecido um auxílio de até Cr\$ 80.000,00 a 8 peças, algumas delas premiadas no Concurso de Dramaturgia, para montagem de espetáculos infantis, tendo os grupos responsáveis assumido o compromisso de apresentar 8 espetáculos indicados pela FCPF/SNT, nas cidades-satélites.

O CENSO CULTURAL é um projeto que tem por objetivo conhecer a produção cultural do Distrito Federal, bem como as dificuldades que se interpõem ao pleno desenvolvimento dessas manifestações. Foi lançado no dia 12 de maio de 1980, estendendo-se até 19 de julho. Contou, para sua efetivação, com o apoio das Administrações Regionais, Centros de Desenvolvimento Social e Fundação Cultural; para sua operacionalização foram instalados nove (9) postos de cadastramento (nas cidades-satélites e Plano Piloto),

onde equipe treinada pelos técnicos do Departamento de Cultura/SEC realizou o preenchimento dos questionários específicos por atividade cultural.

Paralelamente ao cadastramento dos postos fixos, uma equipe daquele Departamento percorreu locais onde mormente se reúnem grupos de produção cultural do DF, tais como: Feira de Artesanato da Torre de TV, Galerias, Escolas e Academias de Dança e Música, Universidade, etc.

A divulgação da atividade foi feita através da distribuição de cerca de 1.000 cartazes, envio de correspondência a órgãos e instituições públicas e particulares da área cultural, além de notas através da imprensa escrita.

A Série PATRIMONIO CULTURAL, que tem como objetivo principal preservar e divulgar através de publicações o patrimônio artístico do Distrito Federal, foi iniciada em 1979 com o lançamento do livro Cerâmica Popular.

Dando continuidade aos trabalhos da série será publicado o estudo Três Artistas Plásticos do Distrito Federal. Esse estudo é muito importante, pois pela primeira vez será divulgada, através de uma publicação, a obra de três artistas plásticos de renome nacional: Athos Bulcão, Glênio Biachetti e Rubem Valentim. São pessoas que, radicadas em Brasília há mais de 15 anos, contribuíram com sua arte para formar o perfil cultural da cidade e projetá-la internacionalmente.

No desenvolvimento do Projeto registraram-se trabalhos relacionados com a informação, a preservação de valores culturais e a divulgação, citados a seguir:

- I — Inventário do Acervo de Artes Plásticas do DF.
- II — Exposição Fotográfica e Documental "Brasília — dos Antecedentes à Inauguração"
- III — Preparação de uma publicação para edição do Plano Piloto de Brasília
- IV — Dinamização das atividades do Museu Histórico e Artístico de Planaltina.

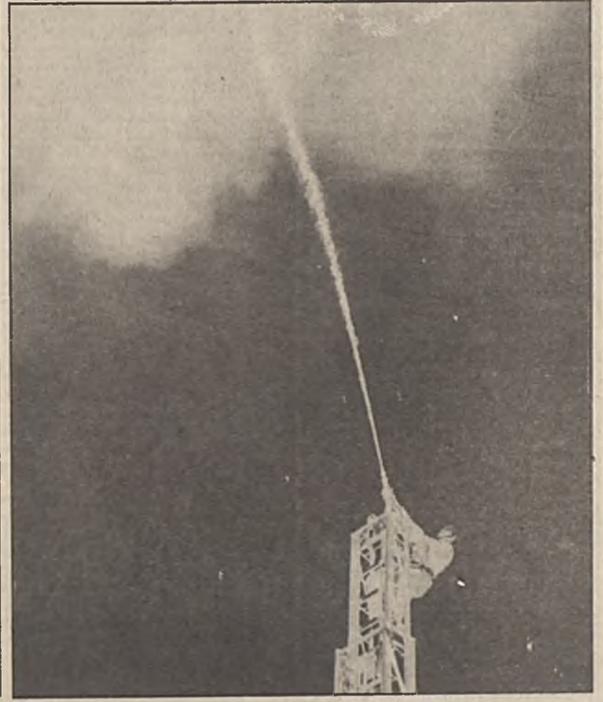
INVESTIMENTOS
Construção de novas escolas — Cr\$ 499.151.408,18
Serviços de manutenção — Cr\$ 35.146.303,24
Recursos para equipamentos — Cr\$ 1.900.000,00

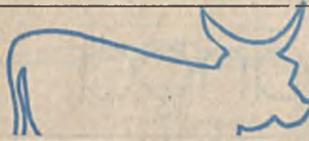
Áreas verdes e de lazer serão ampliadas em 81

Plantar um grande pomar público no Parque da Cidade, foi a última idéia lançada pela Secretaria de Viação e Obras. O projeto, em fase final de elaboração, prevê amplo plantio em torno de algumas mesas para pic-nic. Não se sabe ainda quantas árvores nem o espaço destinado ao projeto, mas o secretário José Carlos Mello adiantou que, dentre as demais espécies, predominarão mangueiras, abacateiros, tamarindeiros e laranjeiras. "Antes do fim do ano daremos início ao plantio" acrescentou.

Durante este ano, Mello firmou que pretende dar um tratamento especial às áreas verdes, no sentido de ampliá-las ainda mais. Durante 1980, a Secretaria de Viação e Obras se dedicou, sobretudo, a conservação dessas áreas que, embora não pareça, "exige um serviço bem mais caro e trabalho do que o simples plantio". Ainda assim, Mello lembrou que nos últimos dois anos, 50 mil árvores e arbustos foram plantados na cidade, sendo 2.500 de espécies frutíferas.

Entre as iniciativas previstas e em fase de execução, Mello destacou o tratamento paisagístico dado ao canteiro da Estrada Parque Dom Bosco, no Lago Sul, onde 500 árvores estão sendo plantadas. Enquanto isso, a ativa comunidade do Lago Norte, deseja que a Secretaria ornamente o canteiro central do bairro apenas com bouganvilles coloridos.





AGROPECUÁRIA

Aproveitar o potencial produtivo do cerrado

De acordo com as diretrizes do Governo João Figueiredo, o Governador Aimé Lamaison deu prioridade, desde os primeiros dias de sua administração, a produção agropecuária local. Os objetivos dessa política são bem definidos: melhorar o abastecimento da Capital Federal — uma questão de segurança nacional — e reduzir, tão rápido quanto possível, a sua dependência em hortigranjeiros dos distantes centros produtores.

O GDF, ao estabelecer a estratégia para o desenvolvimento econômico e social no meio rural, recomendou a sua equipe de auxiliares a elaboração de um plano de Ação para o período 1979/1985, com base nas constatações do elevado potencial produtivo do cerrado. O documento que especifica a política para o setor está em plena execução pelos órgãos que compõem o complexo da Secretaria de Agricultura e Produção.

Os primeiros resultados do trabalho, antes de completar o segundo ano de sua execução, comprovam o acerto da política preconizada a partir de 1979. As estimativas de safras do ano agrícola 80/81 extrapolam a dois milhões de sacas de grãos, triplicando a colheita em relação ao ano anterior, quando atingiu a marca recorde de 710.000 sacas de soja, arroz, trigo e outros cereais.

Programas de ação

A constante preocupação do Governo em melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios às populações e oferecer maior apoio ao meio rural, como uma forma de o padrão de vida dos produtores, levou a Secretaria de Agricultura e Produção a lançar, no ano passado, arrojados programas, como o de Compra Antecipada da Produção de Hortigranjeiros, que tem por objetivo oferecer garantia de compra aos excedentes da produção na área de hortigranjeiros, altamente perecíveis, evitando prejuízos ao produtor e colocando uma maior oferta no mercado à disposição dos consumidores.

O PDRI — Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, busca, no segmento da produção, dar todo apoio, quer infra-estrutural, quer de apoio creditício, e mesmo nas áreas sociais, ao produtor rural, como uma forma de melhorar o padrão de vida dessa população, fixando-a melhor no campo.

Esse Programa em sua primeira etapa, executada no ano passado, envolveu recursos da ordem de Cr\$ 55 milhões e para este exercício, já estão alocados mais Cr\$50 milhões. Estão sendo empregados na construção de 8 centros comunitários totalmente equipados, 3 escolas, 1 posto de saúde, 3 mercados do produtor, 5 sedes de Núcleos Rurais, 23 residências para técnicos, 1 posto de Revenda de Material Agropecuário, 10 barragens de porte médio, 7 pontos, 80 quilômetros de estradas de acesso aos lotes implantação de sistema de irrigação, recuperação de escolas e prédios nos diversos Núcleos Rurais. Algumas dessas obras já foram entregues, outras estão em fase final de acabamento e outras serão iniciadas e concluídas este ano. As regiões beneficiadas são: Jardim, Rio Preto, Tabatinga, Vargem Bonita, Taquara, PAD/DF, e Colônias Agrícolas.

O Secretário Alceu Sanches considera o PDRI um exemplo significativo da filosofia básica que está sendo introduzida no setor rural, que se denominou Modelo Integrado de Produção Abastecimentos. Este Modelo tem em vista, basicamente, encurtar a distância entre os produtores e os consumidores, como forma de reduzir a ação dos intermediários na produção e no processo de distribuição.

“Este Modelo, disse o Secretário da Agricultura e Produção, só poderá ser colocado em prática em centros de porte médio, como por exemplo, o Distrito Federal, uma vez que aqui contamos com características muito próprias, em que a produção se exercita em Núcleos Rurais perfeitamente definidos, cujas distâncias médias para o centro de consumo não excedem a 80 quilômetros”.

Outro Programa que vem sendo executado a partir do ano passado é o de Estoques Estratégicos de Alimentos, que visa a garantir um fluxo normal de oferta de alguns produtos que oferecem dificuldades de distribuição. O Programa tem por objetivo também a aquisição de produtos durante o período da safra e a sua distribuição paulatina nas épocas de entressafra, como forma de regular o mercado, tanto no nível de compra ao produtor, como ao nível de venda ao consumidor final. Atualmente estão sendo estocados arroz, feijão e óleo de soja.

Abastecimento

No setor de abastecimento, o Distrito Federal conta também com instituições vinculadas ao Governo do Distrito Federal: a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal-CEASA/DF e a Sociedade de Abastecimento de Brasília — SAB que se compõe de uma rede de supermercados. Essas instituições tornam possível o atingimento direto do consumidor.



com a aproximação dos centros de produção, aos centros de consumo.

A SAB criou o Programa “Candango” que enfatiza a sua função social junto às populações das cidades-satélites, notadamente as de baixa renda e amplia a sua rede de unidades de vendas, além de promover a política de regular os preços no varejo.

O Programa “Candango” que prevê também a construção de 40 unidades de vendas ao longo dos seis anos da atual Administração, já executou 40 por cento de suas metas, tendo instalado a Central de Hortigranjeiros, o Complexo Operacional, a Central de Desossa, o Supermercado da Península Norte, os cinco primeiros Auto Serviço Popular — ASP e já executou a reforma e a modernização em três supermercados, além de ter iniciado os preparativos para a construção de novas unidades no Núcleo Bandeirante e Plano Piloto.

O Auto Serviço Popular é um novo tipo de equipamento para a periferia do Plano Piloto. Ele não dispõe de gôndolas e nem balcões de frios. Também não tem precificação direta no produto e por essas razões tem pouca utilização de mão-de-obra, notadamente pela simplificação de seu lay-out. As mercadorias são arrumadas em suas embalagens industriais em estrados e os preços inseridos em etiquetas com boa visualização, colocadas à frente das caixas registradoras.

A sua linha de comercialização é restrita ao essencial, não contendo mais do que cerca de 300 itens, pesquisados de forma a estabelecer aqueles que realmente compõem o suprimento básico de qualquer família, principalmente as de menor poder aquisitivo. Nas cinco unidades já entregues pela SAB, o movimento de vendas tem superado as estimativas, atendendo a uma média de duas mil pessoas aos sábados.

A Central de Hortigranjeiros, funcionando em dependências da CEASA/DF, compra diretamente nos Núcleos Rurais e distribui para as suas unidades de venda situadas nas cidades-satélites e no Plano Piloto. Atualmente a Central de Hortigranjeiros comercializa cerca de 700 toneladas/mês de legumes, frutas, e hortaliças, dentro de preços e condições de mercado, orientado pela política agrícola do Distrito Federal.

O Complexo Operacional, inaugurado recentemente pelo Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, no Setor de Indústria e Abastecimento, se constitui de um conjunto de galpões metálicos interligados que abrigam em seus 3.500 metros quadrados, um grupo integrado de atividades representadas pelo Armazém Central, Supermercado de Pessoa Jurídica com sua sala de clientes, Oficinas de confecção e manutenção de equipamentos e pelo Almoxarifado Geral da Sociedade.

O Armazém Central dispõe de uma capacidade estática para 5.500 metros cúbicos de grãos e produtos industrializados a serem movimentados através de modernos equipamentos de manuseio e sistemas de armazenamentos.

Junto ao Armazém, está o Supermercado de Pessoa Jurídica,

que é um instrumento de interação da Empresa Pública com o comércio privado, especialmente no que se refere ao varejo de pequeno e médio porte, que se ressentia da falta do tradicional atacadista diversificado, progressivamente substituído pelos hiper e supermercados. No Supermercado de Pessoa Jurídica estão sendo movimentados mais de meio milhão de cruzeiros por dia.

A CEASA/DF, da Secretaria de Agricultura e Produção, em seu programa de racionalizar o abastecimento de produtos hortigranjeiros, proporcionou ao sistema de comercialização destes produtos perecíveis, um ritmo mais dinâmico e moderno.

No ano passado foram comercializados pela CEASA mais de 150 mil toneladas de hortigranjeiros. O “Varejão” que funciona aos sábados na CEASA, comercializou cerca de 700 toneladas/mês de hortigranjeiros, com uma frequência de aproximadamente 70 mil pessoas por mês. O “Varejão” foi criado com a finalidade de facilitar a comercialização a nível do consumidor final e influenciar na política de preços.

Também, na área de hortigranjeiros, foram implantados pela CEASA, os Módulos de Abastecimento, para opções de compras aos consumidores da Asa Norte, ainda hoje muito carentes de oferta de hortigranjeiros. O funcionamento dos Módulos, de segunda-feira a

sábado, em quadras alternadas, evita o deslocamento daquelas populações para locais mais distantes em busca de melhores preços.

Desenvolvimento rural

Como suporte de apoio aos Programas de desenvolvimento, a Secretaria de Agricultura e Produção conta com o seu órgão executivo, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e com a EMATER — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Essas instituições atuam na execução e acompanhamento de projetos que visam ao desenvolvimento rural do Distrito Federal, notadamente na prestação de serviços motomecanizados, fornecimento de insumos básicos e incorporação de moderna tecnologia agropecuária, ajustada à realidade do meio e das condições em que vive o homem do campo.

A Fundação Zoobotânica, que é responsável pela administração de todos os Núcleos Rurais, num total de 1.350 lotes rurais com cerca de 130.000 hectares no total, adquiriu, no final do ano passado, mais de 60 máquinas agrícolas para ampliar a sua frota motomecanizada.

O Departamento de Revenda da Fundação Zoobotânica — DERMA, encerrou o ano de 1980 com um crescimento financeiro em suas vendas da ordem de 200 por cento em relação ao ano anterior, movimentando cerca de 200 milhões

de cruzeiros nas vendas de adubos, fertilizantes, fungicidas, arames, ferramentas, rações e outros insumos a preços de fomento.

Foram inaugurados em 1980 mais dois postos de Revenda de Material Agropecuário, em Alexandria e outro em Formosa, no Estado de Goiás, atendendo à solicitação das lideranças daqueles municípios vizinhos.

Assistência técnica

Nos programas de Assistência Técnica, o GDF conta com o valioso trabalho da EMATER, que participa ativamente de todos os projetos prioritários, além de desenvolver trabalhos significativos de assistência e orientação, relacionados com a conservação de barragens e a introdução de moderna tecnologia nas lavouras, tendo em vista a perseguição aos melhores índices de produtividade.

Atualmente a EMATER conta com escritórios em todos os núcleos rurais, todos com agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas, fornecendo ampla assistência técnica aos rurícolas. No ano passado, foram assistidos mais de 1.100 agricultores e implantados 11 novos escritórios para um melhor atendimento ao homem do campo.

Meio ambiente

A preservação do meio ambiente do Distrito Federal, através da implantação de florestas e reflorestamento com espécies nativas, frutíferas ou essências que venham auferir resultados econômicos, é feita através da Proflora — Florestamento e Reflorestamento S/A, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura e Produção e que já implantou vários projetos na zona rural, tendo plantado mais de 12 milhões de árvores, num total de aproximadamente 12 mil hectares.

A partir de 1979, a Proflora, cumprindo a nova legislação para reflorestamento, que prevê a produção de alimentos básicos em áreas reflorestadas, efetuou também o plantio de arroz em uma área de 500 hectares. A Proflora dispõe também de um viveiro, onde são produzidas mudas de aroeira, cambui, ipê roxo, angico, ipê amarelo, jatobá, cotieira, flamboyan, spatódia, clitoria, manga, jumbo, jamelão e outras espécies.

A fauna da região do Planalto Central, bem como de outras regiões do Brasil e outros continentes, é preservada pelo Governo do Distrito Federal através da Reserva Biológica de Águas Emendadas e do Jardim Zoológico em viveiros devidamente projetados por

zoólogos e arquitetos altamente qualificados e reconhecidos.

Alternativas

Admite-se que “a região Centro-Oeste seja realmente a alternativa mais viável para expansão da fronteira agrícola brasileira, não havendo mais razões para que os empresários temam investir nesse setor e nessa área”. O sucesso dos investimentos no Distrito Federal, é a comprovação do grande potencial das terras do cerrado, pois os projetos agrícolas que temos aqui no Distrito Federal estão com respostas bem favoráveis à economia local.

O Distrito Federal pode atuar “como pólo indutor de expansão da fronteira agrícola, através da geração e difusão de tecnologia para os cerrados”.

Entre os projetos em plena execução no Distrito Federal, pode-se citar o de produção de grãos, na área do PAD/DF (Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal) onde são coordenados através da Cooperativa Agropecuária do DF-COOPA/DF, atualmente com mais de 200 associados.

A COOPA/DF atua tanto no Distrito Federal como em sua região geoeconômica, nos municípios limítrofes, contando com uma área superior a 150.000 hectares. Desses, mais de 50.000ha se encontram cultivados com culturas anuais e com pastagens.

Outra Cooperativa que atua na área do Distrito Federal é a Itapeti, contribuindo para o abastecimento da Capital com uma produção de aproximadamente 50.000.000 de ovos/ano, na primeira etapa de seu projeto, cujo resultado final é a produção de 500 mil ovos/dia, que representa uma quadruplicação do atual estágio de produção.

Além da atividade avícola, a Itapeti está voltada também para a produção de cereais e hortigranjeiros, estando no momento fornecendo para o mercado local, alho, cenoura, repolho, melancia, abóbora japonesa, milho verde e feijão, além de soja e arroz, nas épocas das safras.

No setor avícola, outros empreendimentos de grande importância para o desenvolvimento do DF, são os da Coperbrás e o da Sô Frango. A Coperbrás está instalando no DF o mais moderno aviário do Centro-Oeste, destinado à produção de ovos para o consumo, e o maior do mundo, talvez, em área contínua com essa finalidade.

A Coperbrás utiliza tecnologia de alto nível e envolve 21 produtores, em sistema de produção integrada. Cada avicultor ficará responsável por 20 mil aves em efetiva produção, alocados em quatro galpões, perfazendo um total de 420.000 poedeiras e 84 galpões de postura. Ao final do projeto, haverá um plantel de 1.260.000 aves, com uma produção prevista de 945.000 ovos/dia e um descarte de 100.000 aves mensais, o que irá contribuir no abastecimento de carne ao DF.

Também está chegando ao estágio da auto-suficiência no DF, a produção de aves para abate. A Sô Frango, principal empresa ligada ao ramo, possui um incubatório com capacidade para produzir 1.000.000 de pintos/dia, um moderno abatedouro e frigorífico, com capacidade de 2.400 frangos/mês.

Entre os inúmeros projetos a nível empresarial que estão implantados e em fase de implantação na área do DF, destacam-se os de pecuária leiteira. Ainda no setor da pecuária, estão sendo concluídos projetos de gado semiconfinado e de novilho precoce, apresentando até o momento bons resultados econômicos.

A suinocultura é outra atividade que tem merecido muita atenção da Secretaria de Agricultura e Produção, inclusive provocando a elaboração de estudos mais profundos no setor e a seleção de criadores tradicionais para o seu desenvolvimento a médio prazo. Foi demarcada uma extensa área dentro do futuro Núcleo Rural do Jardim, onde serão assentados os suinocultores.

Outro grande projeto em fase de implantação é o de piscicultura, localizado na região do Núcleo Rural do Alagado, onde serão produzidos pescados para atender a demanda do Distrito Federal.

Também a cafeicultura e a agricultura, já representam fontes de divisas para a economia do Distrito Federal. Algumas lavouras de café estão em franca produção, contribuindo com elevada parcela para o abastecimento da Capital Federal.

Um exemplo para o País

No que diz respeito à formação de recursos humanos para o desenvolvimento do setor agropecuário da região geoeconômica do Distrito Federal, destaca-se o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Colégio Agrícola de Planaltina.

É um Colégio que iniciou seu funcionamento em 1962, como estabelecimento ligado ao sistema de ensino da União. Em 1977, por força de convênio firmado com a COAGRI/MEC, a administração do Colégio passou para a Fundação Educacional do Distrito Federal. Em 1978, foi transferido, incluído todo o seu patrimônio, ao Governo do Distrito Federal, pelo Decreto nº 82.711.

Mantém atualmente dois cursos de 2º grau: Técnico em Agropecuária — 327 alunos; Técnico em Economia Doméstica Rural — 75 alunos. A duração de ambos os cursos é de 3 anos. A escola funciona em regime de internato e semi-internato e atende prioritariamente a filhos de agricultores da região geoeconômica de Brasília. É um escola-fazenda e organiza suas atividades em quatro áreas: Cultura Geral e Tecnologia; Laboratórios de Prática e Produção; Estágios através de Programas Agrícolas Orien-

tados e do Sistema de Integração Escola-Empresa; Social Cooperativa Agrícola. Cria e comercializa aves, gado, porcos, carneiros e cultivas, e também comercializa produtos hortigranjeiros, assim como desenvolve cultura extensiva.

Mantém restaurante, alojamentos e transporte para alunos, professores e funcionários.

Os egressos do curso de Agropecuária têm suas futuras ocupações principalmente em órgãos do Ministério da Agricultura (IBDF, EM-BRAPA, etc.) e em órgãos das Secretarias Estaduais de Agricultura.

Os concluintes do Curso de Economia Doméstica Rural geralmente são absorvidos por órgãos de assistência social. O Colégio conta com uma biblioteca com mais de 500 volumes, recentemente inaugurada.

INVESTIMENTOS	
Programa de Desenvolvimento Rural Integrado	Cr\$ 150.000.000,00
Recursos do Fundefe para fomento rural	Cr\$ 101.079,00
Recursos diversos do Proálcool, do Pronazem, e do Propec. Em recursos humanos	Cr\$ 13.000.000,00